

# Relatório de Gestão e Contas

**2010**



# Relatório de Gestão e Contas

**2010**



# Relatório de Gestão e Contas

## 2010

**LISNAVE** | ESTALEIROS NAVAIS, S.A.  
Relatório de Gestão e Contas 2010

**Design de Comunicação e Produção**

**DDLX** [[www.ddlx.pt](http://www.ddlx.pt)]

Direcção de Arte **José Teófilo Duarte**

Design e Paginação **Eva Monteiro** | **Filipa Fernandes**

**Impressão e Acabamento**

**Armazém Papéis do Sado** Setúbal

**Março 2011**

## ÍNDICE

<b>Membros dos Órgãos Sociais</b>	<b>7</b>
<b>Convocatória da Assembleia Geral Anual de Accionistas</b>	<b>9</b>
<b>Relatório do Conselho de Administração</b>	<b>13</b>
▶ <b>1 Introdução</b>	<b>13</b>
▶ <b>2 Considerações Gerais sobre o Mercado</b>	<b>18</b>
▶ <b>3 Actividade de Reparação/Manutenção Naval</b>	<b>22</b>
▶ <b>4 Investimentos/Outros</b>	<b>24</b>
▶ <b>5 Recursos Humanos</b>	<b>26</b>
▶ <b>6 Situação Económica e Financeira</b>	<b>30</b>
▶ <b>7 Perspectivas de Actividade para 2011</b>	<b>39</b>
▶ <b>8 Proposta de Aplicação de Resultados</b>	<b>41</b>
▶ <b>9 Referências Finais</b>	<b>41</b>
<b>Balanço</b>	<b>46</b>
<b>Demonstração de Capital Próprio</b>	<b>48</b>
<b>Demonstração de Resultados</b>	<b>49</b>
<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa</b>	<b>50</b>
<b>Anexo</b>	<b>52</b>
<b>Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</b>	<b>95</b>
<b>Certificação Legal das Contas</b>	<b>97</b>
<b>Extracto da Acta da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 24 de Março de 2011 Relativa à Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas Respeitante ao Exercício de 2010</b>	<b>99</b>
<b>Delegações e Representações</b>	<b>101</b>



## **MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS MANDATO: QUADRIÊNIO 2009-2012**

### **Mesa da Assembleia Geral**

#### **Presidente:**

Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins

#### **Vice-Presidente:**

Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro

#### **Secretário:**

Dr. Manuel Joaquim Rodrigues

### **Conselho de Administração**

#### **Presidente:**

Eng. José António Leite Mendes Rodrigues

#### **Vogais:**

Dr. Nelson Nunes Rodrigues

Dr. Aloísio Fernando Macedo da Fonseca

Eng. Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger

Eng. Marcus Schwaeppe

Dr. João Rui Carvalho dos Santos

Eng. Manuel Serpa Leitão

### **Comissão Executiva**

#### **Presidente:**

Eng. Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger

#### **Vogais:**

Eng. Marcus Schwaeppe

Dr. João Rui Carvalho dos Santos

### **Conselho Fiscal**

#### **Presidente:**

Sr. Francisco José da Silva

#### **Vogais:**

Dra. Maria Isabel Louro Caria Alcobia

“Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC”

Representada por Dr. Joaquim Patrício da Silva

#### **Suplente:**

Dr. Alberto Arnauth Ribeiro - ROC

### **Secretário da Sociedade**

Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro

### **Comissão de Vencimentos**

#### **Presidente:**

Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins

#### **Secretário:**

Dr. Walter Klausmann

## ESTRUTURA DA EMPRESA

Conselho de Administração

Comissão Executiva

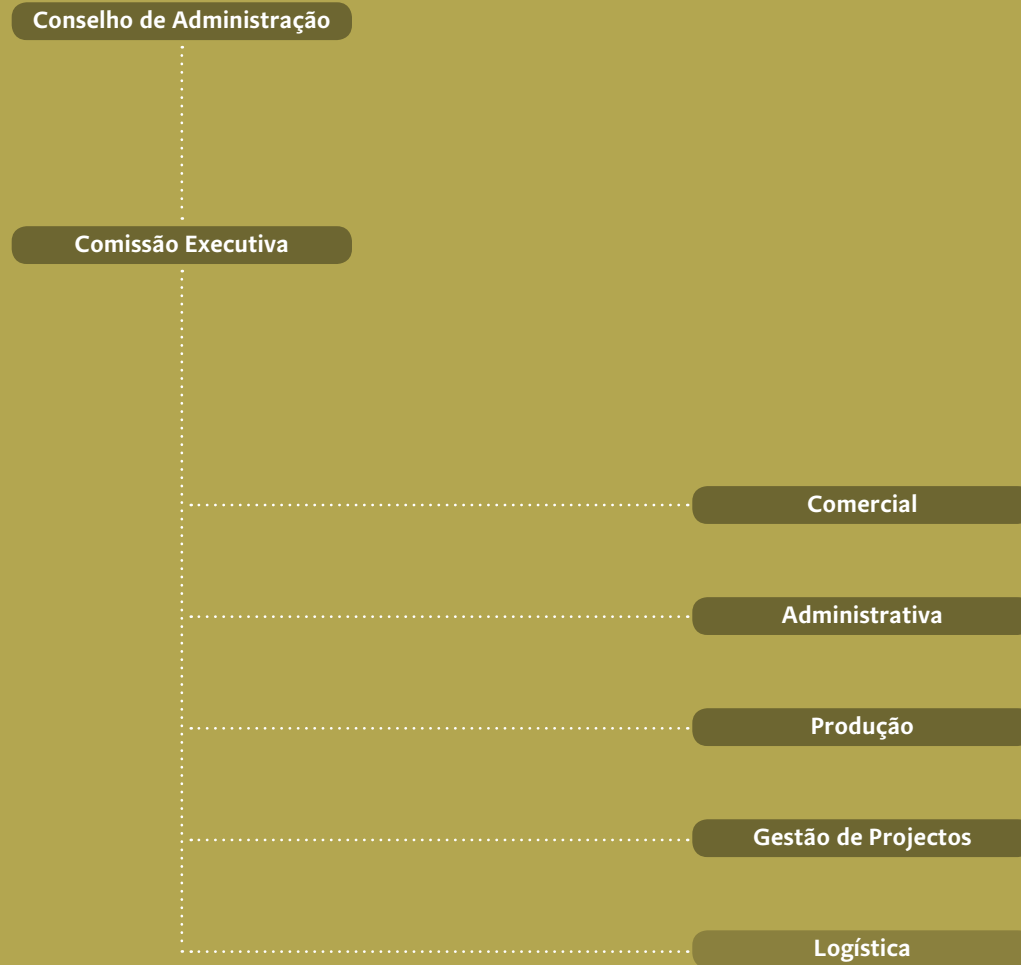
Comercial

Administrativa

Produção

Gestão de Projectos

Logística



## **ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS**

### **Convocatória**

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, é convocada a Assembleia Geral Anual de Accionistas da LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS, S.A., para reunir, no dia 24 de Março de 2011, pelas 11:00 Horas, na Sede da Sociedade, no Estaleiro da Mitrena, Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1º Deliberar sobre o RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS do Exercício de 2010;
- 2º Deliberar sobre o RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL;
- 3º Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados;
- 4º Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.

No prazo legal, ficam à disposição dos Senhores Accionistas, na Sede da Sociedade e no respectivo Sítio na Internet, os elementos constantes do artigo 289º do Código das Sociedades Comerciais e os respeitantes aos pontos que constituem a Ordem de Trabalhos.

Nos termos da Lei e do Contrato Social a Assembleia Geral é constituída pelos Accionistas com direito a voto que possuam, pelo menos, cem Acções devidamente registadas em seu nome até dez dias antes da data da Assembleia Geral. A cada cem Acções corresponderá um voto.

Para o efeito, os Senhores Accionistas que queiram estar presentes naquela Assembleia deverão informar o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta, com assinatura reconhecida notarialmente, ou certificada pela Sociedade, devendo neste caso solicitar às instituições financeiras onde se encontram registadas as Acções que comuniquem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral a existência de tal registo, até cinco dias úteis antes da data da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral só poderá reunir, em primeira Convocatória, estando presentes ou representados Accionistas representantes de, pelo menos, cinquenta por cento do Capital Social.

Não poderão assistir à Assembleia Geral os Accionistas que não tenham direito a voto.





LISNAVE

5006

SANKO ABILITY



5



## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### 1 | Introdução

A LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS, S.A., registou, no Exercício relativo ao ano de 2010, um bom desempenho global.

Facto relevante, se tivermos em conta que a actividade esteve fortemente condicionada pelos efeitos da crise da economia internacional que se tem vindo a viver desde finais do ano de 2007. Apesar de se ter verificado uma pequena retoma na procura, o mercado manteve-se deprimido, tendo-se verificado uma redução, embora ligeira, do número de navios reparados, 114 contra 116 no ano anterior.

Contudo, o desempenho que os indicadores de actividade evidenciam, confirmam o acerto das opções estratégicas oportunamente definidas, que demonstram que a LISNAVE se encontra mais preparada para enfrentar os desafios, cada vez mais acentuados, do mercado muito concorrencial em que opera.

O Conselho de Administração, ao concluir o Exercício que dá início à segunda década de operação do Estaleiro de Mitrena, pretende, dada a importância de que se revestem estes indicadores, quer em termos regionais, quer sobretudo a nível nacional, evidenciar que a actividade da LISNAVE, à qual está associado um Valor Acrescentado Nacional de mais de 95%, assegurou, no período que decorre desde o início do Plano de Reestruturação - segundo semestre de 1997 - até ao final deste Exercício, o pagamento de Salários globais equivalentes a 818 milhões de Euros, tendo efectuado entregas ao Estado, em contribuições para a Segurança Social, IRS e outros Impostos, de mais de 142 milhões de Euros.

Esta actividade, correspondeu à reparação/manutenção de 1.738 navios, provenientes de mais de 50 países de todo o mundo, que se traduziu em Vendas de 1,53 mil milhões de Euros, dos quais uns expressivos 1,45 mil milhões para exportação.

### O Exercício de 2010

A LISNAVE, apesar de ter atingido um nível de desempenho globalmente bom, enfrentou, no Exercício em apreço, um conjunto de dificuldades que são resultado da recuperação anémica da economia mundial.

O Exercício, registando embora uma ligeira recuperação da procura no mercado de Reparação Naval, esteve condicionado pela conjugação de vários efeitos adversos resultantes da lenta recuperação do comércio mundial.

Com efeito, a procura, medida através do número de Consultas, verificou um crescimento que, embora ligeiro, inverte a situação de degradação acentuada que se vinha verificando nos últimos anos, mas que está ainda muito longe dos níveis verificados em 2007, ano que antecedeu a crise.

A taxa de sucesso comercial de negociação de encomendas melhorou para os 20%, o que, contudo, não permitiu compensar a significativa redução de conteúdo de trabalhos por navio (a factura média baixou de 1.018 para 786 mil Euros em 2010) que, por razões diversas, inerentes ao Armador, se acentuou significativamente no Exercício em apreço.

Efectivamente, os Armadores têm vindo a experimentar uma nova dificuldade resultante da redução da sua liquidez, provocada pelo aumento do rigor na concessão de crédito, quer pelo aumento dos custos de financiamento dos investimentos em navios novos, quer pela rarefacção do próprio crédito.

De entre estas razões, ressalta, ainda, o valor das taxas de frete médias diárias, que se manteve, pelo segundo ano consecutivo, em níveis dramaticamente baixos.

De facto, os valores médios de taxa de frete de um petroleiro “Suezmax Moderno”, fixaram-se em cerca de 27 mil dólares/dia em 2010, valor semelhante ao de 2009, enquanto em 2008, o mesmo tipo de navio, operou com taxas médias diárias da casa dos 47,5 mil dólares/dia.

Evolução ainda mais negativa têm verificado as taxas dum Graneleiro “Capesize”, com os respectivos montantes médios anuais a situarem-se na casa dos 32 mil dólares/dia, depois de terem verificado uma confortável média de cerca de 100 mil dólares por dia nos anos de 2007 e 2008.

Neste contexto de degradação do mercado e tomando por referência, nas comparações que se seguem, o novo Sistema de Normalização Contabilística em vigor, a LISNAVE concluiu o Exercício de 2010 com um volume de Vendas de Reparação Naval de 89,6 milhões de Euros, o que representa cerca de 20 milhões menos do que no ano anterior.

O total dos Rendimentos de Exploração fixou-se em 105,5 milhões de Euros, isto é, menos 16,7 milhões de Euros do que no ano de 2009.

Os Resultados Líquidos do Exercício, contudo, verificaram uma redução menos acentuada, atingindo os 11,97 milhões de Euros positivos, fruto de uma gestão ainda mais rigorosa dos gastos de exploração, que representaram 84% dos Rendimentos de Exploração, contra os 86%

do ano anterior. Os Resultados Operacionais fixaram-se em 16,77 milhões de Euros e o Gross Cash Flow em 18,4 milhões de Euros,

A Situação Líquida manteve-se em níveis que continuam a situar-se num múltiplo de sete do valor do Capital Social.

Desta forma, o Conselho de Administração, considera que a LISNAVE, ao atingir, num ano de extrema dificuldade de mercado, os Resultados que antecedem, obteve um importante nível de sucesso.

No que se refere ao Activo Imobilizado, o montante dos Investimentos realizados, durante o Exercício em análise, foi de cerca de 1 milhão de Euros, o que faz ascender o Imobilizado acumulado, desde o Exercício de 2000, a uns relevantes 29,9 milhões de Euros.

De notar, ainda, o valor muito significativo de custos incorridos, no presente Exercício, com as grandes reparações de infra-estruturas e equipamentos, no montante de 2,9 milhões de Euros, bem como dos custos com a implementação de sistemas relacionados com Tecnologias de Informação, que ascenderam, no período, a 0,35 milhões de Euros.

Sendo embora da responsabilidade da Concessionária, LISNAVE INFRAESTRUTURAS NAVAIS, de referir, por outro lado, os Investimentos relacionados com a reabilitação do Estaleiro, iniciada em 2008 e onde assume particular destaque a profunda reparação estrutural da Doca 20, os quais ascenderam a 5,3 milhões em 2010, totalizando já 10,9 milhões de Euros,

A LISNAVE manteve, por outro lado, no período em análise, as suas tradicionais características de Empresa fortemente exportadora, tendo vendido para o mercado externo 92,6 milhões de Euros de serviços de Manutenção e Reparação, tendo procedido, apenas, à reparação de um navio de pavilhão nacional.

A Empresa manteve, igualmente, o seu elevado nível de empregabilidade, garantindo emprego equivalente a cerca de 56 milhões de Euros, a que correspondem, em média, mais de 2 mil e duzentas pessoas.

De realçar, ainda, que o Exercício foi concluído sem dívidas vencidas, quer aos Trabalhadores, quer ao Estado, ao qual foram entregues em IRS, Contribuições para a Segurança Social e outros Impostos, cerca de 13,4 milhões de Euros, a que acrescem mais 5,47 milhões, relativos a Impostos sobre Rendimentos do Exercício.

Relativamente à Formação Profissional de Jovens Operários, o Conselho de Administração regista com satisfação que, na sequência do Programa de Formação executado no período 2007/2009, estão já a exercer, na LISNAVEYARDS, como Praticantes e na maioria dos casos, na carreira de “Oficial”, cerca de uma centena de Jovens.

Recorde-se que, como o Conselho de Administração referiu oportunamente, a LISNAVE, uma vez que não era possível continuar a adiar decisões de futuro, dada a indisponibilidade manifestada pelos Representantes dos Trabalhadores para celebrarem um indispensável Acordo de Empresa, decidiu redireccionar a sua estratégia de Recursos Humanos, a qual passou a contar com a colaboração estreita da LISNAVEYARDS, entretanto criada no âmbito Accionista.

Esta Empresa, como é sabido, com objecto social semelhante ao da LISNAVE, iniciou a sua actividade de Prestação de Serviços em Fevereiro de 2009, tendo já ao seu serviço, dois anos depois, cerca de 140 Trabalhadores.

Ainda no âmbito dos Recursos Humanos, é de referir, na sequência da correspondente aprovação da Assembleia Geral de Accionistas, a atribuição, em Abril passado, de uma Gratificação de Balanço à generalidade dos Trabalhadores da Empresa.



No que respeita a Responsabilidade Social, a LISNAVE prosseguiu com a sua Política de apoios, associando-se a diversas entidades e organizações, com incidência nas áreas desportiva, cultural e social, através da concessão de donativos, que ascenderam, no Exercício, ao montante de 110,5 mil Euros, onde relevam os 83 mil Euros relativos à área social.

A LISNAVE renovou, no Exercício, a Certificação ISO 9001:2000, mantendo, igualmente, o Certificado de Protecção do Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias – ISPS e o Licenciamento Ambiental do Estaleiro da Mitrena.

A Estrutura Accionista era, em 31 de Dezembro de 2010, a seguinte:

Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A.	72,83%
Thyssenkrupp Marine Systems AG	20,00%
Estado Português	2,97%
Outros Accionistas	4,20%

Antes de concluir, o Conselho de Administração deseja manifestar a sua satisfação pelo facto de ter sido possível, na sequência da competente aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas de 2010, proceder, pelo quinto Exercício consecutivo, à remuneração dos capitais investidos pelos mais de 200 Accionistas da Empresa.

A finalizar, o Conselho de Administração, deseja congratular-se, por um facto relevante que fica a marcar, decisivamente, o Exercício de 2010.

Com efeito, Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, acedendo ao convite que lhe foi dirigido pelo Conselho de Administração, decidiu honrar a Empresa com a sua presença, visitando a LISNAVE por ocasião da comemoração do 10º Aniversário da entrada em

funcionamento do “Hydrolift”, altura em que teve lugar o lançamento do Livro “LISNAVE, UMA JÓIA DA INDÚSTRIA NAVAL PORTUGUESA”, editado em parceria com a Casa Leitão & Irmão, Antigos Joalheiros da Coroa.

O Senhor Presidente da República, naquela que fica para a história, como a primeira visita presidencial ao Estaleiro da LISNAVE, na Mitrena, visitou circunstanciadamente o Estaleiro, com destaque para as docas do “Hydrolift”, e presidiu a uma breve cerimónia de boas vindas na Doca 20, local onde, perante algumas centenas de convidados que igualmente nos honraram com a sua presença e de entre as quais se destacavam, entre muitas outras Autoridades, Individualidades e Amigos, o Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, em representação do Governo e a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, fez um importante discurso sobre a relevância dos Assuntos do Mar, à qual associou a importância da LISNAVE, com elogiosas palavras ao sucesso do seu desempenho recente, designadamente no que respeita às suas qualidades de Empresa exportadora e de elevado Valor Acrescentado Nacional.

### **Perspectivas para o Exercício de 2011**

Não se apresentam favoráveis, as perspectivas para a actividade no Exercício de 2011.

Com efeito, embora haja já alguns indicadores que apontam para uma recuperação da expressiva queda das trocas comerciais verificada em 2009, espera-se que os efeitos da situação de recessão, que se instalou nos países desenvolvidos em 2008, venham ainda a perdurar no ano de 2011 e que os Armadores, em função da reduzida rentabilidade dos seus negócios no ano transacto, e a menos que se vejam forçados pela actuação das autoridades do sector, mantenham uma postura de contenção com os seus orçamentos.



O Conselho de Administração, ciente de que esta situação, agravada pela entrada em operação de uma série de navios novos com entrega prevista para 2011, vai, previsivelmente, manter o mercado de Reparação Naval vendedor e desta forma, manter um elevado nível de agressividade de concorrência, manifesta aos Senhores Accionistas, apesar do elevado nível de qualidade, responsabilidade e envolvimento, que a Gestão e os restantes Colaboradores, a todos os níveis, têm vindo a demonstrar, o seu sentimento de moderada preocupação, relativamente às perspectivas de actividade da LISNAVE para o Ano Económico de 2011

Neste contexto particularmente adverso, o Conselho de Administração pretende manter a estratégia de rigor, que tem vindo a ser seguida, dispensando redobrada atenção à necessidade, agora mais imperativa, de prosseguir a flexibilização e redimensionamento, onde ainda for possível, do custo dos factores de produção, adequando-os ao volume de receitas previsionais de 2011, que se admite poderem vir a manter os baixos níveis do Exercício em apreço.

Assim, irá prosseguir a sua política de acentuada combatividade comercial e de fidelização de Clientes, controlo de gestão e de custos, nomeadamente os custos fixos do factor trabalho, reforçando a sua política de desenvolvimento de relações de “parceria” com os Prestadores de Serviços tradicionais e continuando a procurar promover o lançamento de novas iniciativas empresariais.

Por último, uma vez que, apesar dos redobrados esforços desenvolvidos, não foi bem sucedido na tentativa de celebração de um novo Instrumento de Regulamentação Colectiva das Relações de Trabalho, objectivo que se torna ainda mais indispensável no actual contexto de crise mundial e de mercado, o Conselho de Administração vai acentuar, decisivamente, o recurso aos serviços da LISNAVE YARDS, explorando novas e mais amplas modalidades de prestação de serviços com responsabilidade operacional acrescida.

## 2 | Considerações Gerais sobre o Mercado

### Conjuntura

A necessidade de reestruturação financeira e bancária nos países desenvolvidos, que estiveram no centro da grave crise que vem afectando o mundo desde o ano de 2008, continua, apesar das medidas políticas tomadas pelos respectivos governos, e, também, em consequência destas, a ter consequências de enorme gravidade no crescimento dessas economias.

Na sequência da reestruturação do sistema financeiro, depois de, alegadamente, se ter libertado dos chamados activos tóxicos, constatou-se um aumento do rigor na concessão de crédito, quer à actividade produtiva, quer ao consumo privado, o que fez diminuir o consumo e, consequentemente, aumentar o desemprego, com forte impacto nos níveis de crescimento do comércio mundial.

Nos países em vias de desenvolvimento, embora não se tivessem verificado restrições ao crédito – antes pelo contrário - a crise afectou fundamentalmente o sector produtivo, resultado da redução das exportações para os países desenvolvidos, mas as consequências, embora de menor monta, afectaram igualmente o emprego e, em consequência, o consumo privado destes países.

Porém, como resultado das medidas agressivas desenvolvidas pelos governos dos países em vias de desenvolvimento, tendo em vista aumentar o consumo interno, desde meados de 2009 que as suas economias têm vindo a liderar o crescimento económico mundial, estimando-se que no ano de 2010 tenham crescido cerca de 7%, com a economia Chinesa a crescer cerca de 10% e a Indiana cerca de 8,4%.

Assim, sustentada pelo crescimento dos países em vias de desenvolvimento, estima o Banco Mundial, que a economia mundial, depois da queda de 2,2% em 2009, tenha crescido durante o ano de 2010, cerca de 3,9%.

No que respeita às economias dos países desenvolvidos, depois de uma queda de cerca de 3,5% em 2009, estima-se que tenham crescido cerca de 2,3% em 2010, representando o crescimento dos países da zona Euro, no seu conjunto, cerca de 1,6%, valor que constitui a mais baixa taxa de crescimento do conjunto dos países desenvolvidos. Estima-se, por outro lado, que os Estados Unidos da América tenham crescido cerca de 2,6% em 2010, valor igual ao da queda verificada no ano de 2009.

Perante o que precede, estima o Banco Mundial que o comércio mundial, cuja recuperação se iniciou no segundo semestre de 2009, tenha tido um crescimento de 10,5% durante o ano de 2010.

Ainda de acordo com o Banco Mundial, muitos dos países em vias de desenvolvimento, já terão atingido os níveis de exportação que tinham antes da crise, mas o mesmo não terá acontecido com os países desenvolvidos, estimando-se que as suas exportações, no final do terceiro trimestre de 2010, tenham estado 8% abaixo do pico atingido antes da crise.

De acordo, ainda, com os mesmos dados, no período mais agudo da crise, o valor das importações da União Europeia, do Japão e dos Estados Unidos da América caiu cerca de 40% entre Julho de 2008 e Abril de 2009 o que provocou o colapso do comércio internacional. Apesar da recuperação verificada nos dois últimos anos, estima-se que o valor das importações destas três grandes economias desenvolvidas, em Agosto de 2010, ainda tenha estado 25% abaixo do valor de antes da crise.

### **Evolução da Frota Mercante Mundial e Taxas de Frete**

A frota de graneis líquidos, acima dos 10.000 TPB, segundo a Clarkson, cresceu durante o ano de 2010 cerca de 3,3% em número de navios, depois de no ano de 2009 ter crescido cerca de 7,5%. No fim do ano de 2010, esta frota tinha atingido os 452,2 milhões de TPB, a que correspondeu um crescimento de 3,7% em relação ao final do ano de 2009, ano em que tinha crescido 7,3%.

A frota de graneis sólidos, também acima das 10.000 TPB, no ano de 2010, teve um crescimento de 11,5% em número de navios e de 16,5% em TPB, atingindo no final do ano os 535,1 milhões de TPB.



Em termos de entregas de novas construções, na frota de granéis líquidos, foram entregues 446 navios com uma capacidade total de transporte de cerca de 41 milhões de TPB, correspondendo a cerca de 9,1% da actual capacidade desta frota.

Na frota de granéis sólidos, foram entregues 957 navios com uma capacidade de cerca de 77,9 milhões de TPB o que corresponde a cerca de 14,6% da capacidade actual desta frota.

No que a demolições se refere, na frota de granéis líquidos foram vendidos 205 navios para abate com uma capacidade de 12,7 milhões de TPB correspondentes a 2,8% da capacidade da frota actual.

Na frota de granéis sólidos, foram vendidos para demolição 115 navios com uma capacidade de 5,7 milhões de TPB correspondentes a cerca de 1,1% da capacidade actual desta frota.

No fim do ano de 2010, a carteira de encomendas de navios novos destinados ao transporte de granéis líquidos, era de 1121 navios com uma capacidade de transporte

de 124,6 milhões de TPB, ou seja, uma tonelagem correspondente a 27,6% da tonelagem da frota actual. Destes 124,6 milhões de TPB, 62,8 milhões de TPB têm data prevista de entrega durante o ano de 2011.

Na frota de transporte de granéis sólidos, a carteira de encomenda de navios novos era composta por 3258 navios, com uma capacidade de transporte de 277,7 milhões de TPB, o que correspondia a 51,9% da frota actual, tendo 137,3 milhões de TPB, entrega prevista para o ano de 2011.

Apesar de se estimar que a procura de transporte de granéis líquidos tenha crescido, dado o aumento de cerca de 2,5% na procura de petróleo bruto, o ano de 2010 constituiu-se como um ano de fraca rentabilidade para os Armadores, fruto da fraca taxa de utilização dos seus navios, resultante do excesso das frotas.

Assim, como o Gráfico junto documenta, no caso do Suezmax Moderno, a taxa de frete média de 2010 foi de cerca de 27.000 dólares dos EUA por dia, valor semelhante ao do ano de 2009, mas bem distante dos 47.500 dólares dos EUA por dia do ano de 2008.

#### Taxa de Frete de Petroleiros Suezmax Moderno

Médias mensais  
Fonte: Platou





No caso da frota de granéis sólidos, apesar do forte aumento da frota, as taxas de frete mostraram-se mais fortes do que era esperado. Assim, no caso dos Capesize com afretamento a um ano, os valores médios foram

semelhantes aos do ano de 2009, situando-se à volta dos 32.000 dólares dos EUA por dia, mas bem longe dos mais de 100.000 dólares dos EUA médios dos anos de 2007 e 2008, como Gráfico evidencia.

Taxa de Frete de Graneiros  
Capesize – 12 meses

Médias mensais  
Fonte: Platou





### 3 | **Atividade de Reparação/Manutenção Naval**

#### **Procura**

Reflexo da retoma do crescimento do comércio mundial, a tendência de redução na procura de reparação naval, medida em número de consultas, verificada nos últimos dois anos inverteu-se, tendo atingido no ano de 2010, um crescimento de cerca de 10% em relação ao ano de 2009, passando o número de consultas recebidas de 520 para 571 em 2010.

A exceção a este crescimento verificou-se no segmento de mercado do transporte de granéis sólidos, onde a tendência de redução se mantém desde há seis anos, verificando-se este ano, uma redução de cerca de 17% em relação ao ano de 2009.

Embora não atingindo ainda valores da procura semelhantes aos de antes da crise, no segmento de mercado do transporte de granéis líquidos, o crescimento foi de cerca de 16% com 314 consultas e no de outros tipos de navio foi de cerca de 10% com 208 consultas.

<b>Rubricas</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Consultas	571	520	568	694	661
Encomendas	114	107	135	148	146
Taxa de Sucesso Comercial	20	19	22	22	21

Nas negociações de consultas realizadas durante o ano de 2010 foram geradas 114 encomendas, mais cerca de 7% que no ano de 2009, o que fez com que a Taxa de Sucesso aumentasse para os 20%.

Este cenário não é porém tão positivo quanto o número de consultas parece demonstrar, porquanto o número de novos navios entregues aos armadores a partir de 2008, originou uma redução significativa das taxas de frete, dada a excessiva oferta de transporte marítimo, o que associado ao acréscimo de responsabilidades financeiras resultantes dos investimentos feitos em novas construções e ao aumento do rigor na concessão de crédito pelas entidades financiadoras, provocou uma significativa redução de liquidez dos Armadores, o que se traduziu numa redução substancial do conteúdo médio de trabalho por navio.

### Actividade Desenvolvida

Terminaram a reparação, na LISNAVE, durante o ano de 2010, 114 navios, 106 dos quais em doca, tendo a actividade, em termos de volume de trabalho, sofrido em termos médios, uma quebra de cerca de 5% em relação ao ano anterior.

No segmento de grandes reparações, a LISNAVE não terminou nenhuma durante o ano de 2010, contra as três terminadas no ano de 2009, estando no entanto, em curso uma grande reparação num navio de passageiros, que teve grande repercussão na actividade de 2010, dado o volume de trabalho efectuado no Exercício.

Anos	Nacional	Estrangeiro	Total	Em Doca
2010	1	113	114	106
2009	2	114	116	112
2008	1	137	138	130
2007	4	131	135	127
2006	1	137	138	132



Como nos anos anteriores, a actividade da LISNAVE centrou-se nos seus segmentos de mercado tradicionais – navios de transporte de granéis líquidos e sólidos – constituindo estes, em número, cerca de 71% da actividade, sendo de realçar a penetração noutros segmentos de mercado, tais como o de navios de transporte de porta contentores com 9% dos navios reparados e o de transportadores de gás com 8% dos navios reparados. Dada a globalização do mercado da LISNAVE, os navios reparados durante o ano de 2010 foram originários de 71 Clientes localizados em 24 países, sendo os de maior significado, em termos de número, a Alemanha com 20 navios, Singapura com 15 navios e a Grécia com 13 navios. Resultado do reconhecimento da elevada qualidade do trabalho realizado na LISNAVE por parte dos seus Clientes, durante o ano de 2010, foram reparadas mais duas dragas provenientes da Bélgica, sendo de realçar que mais de 56% dos Clientes, procederam à reparação de mais do que um navio.



#### 4 | Investimentos/Outros

A LISNAVE, à semelhança dos anos anteriores, tem vindo, com o objectivo de garantir a manutenção das necessárias condições de operacionalidade do Estaleiro, a assegurar o prosseguimento de uma política de investimentos e renovação de infraestruturas, quer relativamente a novos meios, quer relativamente a grandes reparações em infraestruturas e equipamentos existentes, sendo de salientar que os montantes acumulados de investimentos efectuados, desde o ano 2000, já ascendem a cerca de 29,9 milhões de Euros, dos quais 16,9 milhões são relativos a novos investimentos e cerca de 13 milhões de Euros a grandes reparações em infraestruturas e equipamentos existentes.

No Exercício em análise, a LISNAVE suportou ainda custos de cerca de 2,9 milhões com grandes reparações de infraestruturas e equipamentos, assumindo, igualmente,

relevância, para além daqueles, os custos com a implementação de sistemas relacionados com Tecnologias de Informação, que ascenderam a 0,35 milhões de Euros.

Ao nível de novos investimentos, importa salientar, para além da manutenção e recuperação de alguns edifícios, a aquisição de diversos equipamentos informáticos, de novos equipamentos e ferramentas e na área de produção, a progressiva renovação da rede eléctrica, a construção de novos picadeiros e a manufactura de vários portais.

Em termos de grandes reparações, são de realçar as obras de beneficiação das Docas 20, 21 e 22, os trabalhos de beneficiação do Hydrolift, a recuperação de meios de elevação e movimentação e de edifícios e respectivas coberturas.

De referir, por outro lado, dada a sua relevância para a operacionalidade da LISNAVE, os Investimentos

relacionados com a reabilitação do Estaleiro, iniciada em 2008. Estes Investimentos, sendo embora da responsabilidade da Concessionária, LISNAVE INFRAESTRUTURAS NAVAIS, ascenderam, só no Exercício em análise, a 5,3 milhões de Euros, totalizando já 10,9 milhões de Euros. Neste capítulo, assume particular relevância a grande reparação estrutural efectuada na Doca 20, na qual, para além das vigas dos caminhos de rolamento dos meios de elevação adjacentes, se incluem grandes trabalhos de beneficiação das galerias, bem como a profunda renovação, com incidência até ao nível das armaduras, da laje de fundo e base das paredes da Doca.

### **Certificações**

A LISNAVE, durante o ano 2010, renovou a Certificação da norma ISO 9001:2000, mantendo, igualmente, o Certificado de Protecção do Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias, a Licença Ambiental e a Acreditação do Laboratório de Calibrações.

### **Protecção Ambiental**

A LISNAVE, para além de dar cumprimento às obrigações decorrentes da sua Licença Ambiental, tem continuado a desenvolver, de forma sistemática, a melhoria das suas práticas ambientais.

Neste âmbito, importa evidenciar que, tendo em vista prosseguir com o programa de eliminação da granalha residual que existia no Estaleiro, já foi encaminhada para as Empresas Cimenteiras, nos termos dos Acordos oportunamente celebrados, uma quantidade que se estima em cerca de 239.000 toneladas, sendo que, durante o ano de 2010, foram enviadas, para além de toda a granalha produzida durante o Exercício, mais de 13.000 toneladas daquela granalha residual.

### **Tecnologias de Informação**

O ano de 2010 foi um ano de profunda transformação na área dos Sistemas de Informação, ficando, a LISNAVE, com uma solução completamente integrada de todos os sistemas utilizados na Empresa.

Na senda de uma contínua melhoria da sua área aplicacional, procedeu à substituição dos anteriores sistemas das áreas Comercial, Gestão de Projectos e Produção pelos módulos SAP: SD-BOS, PS e CATS e à implementação, na área de Recursos Humanos, do SAP HCM, tendo, igualmente, iniciado a optimização do processo de Gestão da Formação.

No respeitante ao seu parque informático, foram adquiridos novos equipamentos, designadamente de networking, para assegurar uma melhor prestação do serviço de Wireless a bordo dos navios.

### **Investigação e Desenvolvimento**

A LISNAVE prosseguiu, em 2010, com a sua política de I & D, dando continuidade à sua participação em Projectos Europeus de Investigação e Desenvolvimento, tendo sido concluído o Projecto BAWAPLA (Sustainable Ballast Water Management Plant).

Durante o Exercício, é de salientar o prosseguimento dos Projectos CAS (Condition Assessment of aging ships for real-time structural maintenance decision), SAFE OFFLOAD (Safe Offloading from Floating LNG Platforms), SAFECRAFTS (Safe abandoning of ships Improvement of current Life Saving Appliances Systems) e MARSTRUCT (Network of Excellence on Marine Structures).

## 5 | Recursos Humanos

A LISNAVE, reafirmando a sua convicção de que é indispensável proceder ao rejuvenescimento da Empresa e à flexibilização das condições do Contrato de Trabalho, como forma de sobrevivência, face àquelas de que dispõem os seus concorrentes mais directos, tem vindo a proceder ao ajuste da sua estratégia de Recursos Humanos, depois de ver rejeitadas, por parte dos Órgãos Representativos dos Trabalhadores, as propostas de Acordo de Empresa entretanto apresentadas.

Como é sabido, foi neste contexto, que a LISNAVE decidiu desenvolver um longo Programa de Formação de Jovens, tendo em vista proporcionar-lhes a aquisição das competências técnicas indispensáveis para os desafios de produtividade futuros e dar início ao processo, inevitável, de rejuvenescimento do efectivo, dado que a média de idades dos seus Trabalhadores, apresentava relevantes limitações para as características físicas da actividade.

A referida recusa dos ORT's, contudo, levou a LISNAVE a decidir iniciar, com a colaboração do Accionista Navivessel, os procedimentos legais conducentes à constituição de uma nova Empresa, a qual, tendo um objecto social semelhante ao seu e operando em regime de Prestação de Serviços, passaria a ser, numa primeira fase e de acordo com as necessidades, a Empresa contratante de todos os Trabalhadores futuros.

Esta nova Empresa, que adoptou a denominação social "LISNAVEYARDS – NAVAL SERVICES, LDA.", foi legalmente constituída, encontrando-se em actividade de Prestação de Serviços à LISNAVE, desde Fevereiro de 2009.

Dado que no decurso de 2009, foi concluída a realização do Programa de Formação de Jovens referido, composto por 22 Acções versando as principais especialidades profissionais da actividade, com conteúdos multidisciplinares,

a LISNAVEYARDS procedeu ao recrutamento da maior parte dos Jovens que obtiveram aprovação e, no final de 2010, contava já no seu efectivo, com 141 Trabalhadores das diferentes profissões, a prestarem serviços para a LISNAVE.

Paralelamente à realização deste Programa, a LISNAVE, prosseguiu com a sua política de rejuvenescimento, tendo promovido no decurso deste Exercício, através da LISNAVEYARDS, a contratação de mais 3 Jovens Engenheiros.

### Encargos com Remunerações

O Conselho de Administração da LISNAVE, ao longo dos últimos anos, tem vindo a implementar uma rigorosa Política de contenção e controlo de custos, que tem possibilitado uma importante recuperação da Empresa, dotando-a, progressivamente, de mais valias competitivas para enfrentar uma conjuntura de mercado aberto, muito competitivo, com perspectivas económicas internacionais bastante desfavoráveis.

Neste contexto de crescente dificuldade de mercado, o Conselho de Administração da Empresa, numa atitude responsável, de ponderação e prudência, deliberou que os aumentos salariais do Exercício, não poderiam ultrapassar 1 ponto percentual, acréscimo que veio, em tempo, a ser aceite pelos Representantes dos Trabalhadores.

Entretanto, na sequência da aprovação em Assembleia Geral da proposta do Conselho de Administração, foi atribuída a todos os Trabalhadores pertencentes ao efectivo à data da Assembleia, uma Gratificação de Balanço, composta por uma parte fixa correspondente a 100% da Remuneração Fixa Mensal e por duas partes variáveis, uma em função do Absentismo e outra dependente de Avaliação de Desempenho, correspondendo, agregadamente, a uma gratificação total máxima, de 200% da Remuneração Fixa Mensal.

O montante global dos Encargos com Pessoal, cifrou-se em 14,8 milhões de Euros, tal como discriminado no quadro abaixo.

### Encargos com pessoal

Rubricas	2010	2009
Remunerações	9.555.645	8.633.748
Trabalho Suplementar	1.150.040	1.264.541
Prémios Subsídios e Outras Remunerações	386.644	376.964
<b>Subtotal</b>	<b>11.092.329</b>	<b>10.275.254</b>
Encargos Sociais	3.691.134	3.541.465
<b>Total</b>	<b>14.783.463</b>	<b>13.816.719</b>

(Valores em Euros)

A expressividade da redução verificada na rubrica “Remunerações” é apenas aparente, dado que os valores do ano de 2009 foram sujeitos a ajustamentos, de acordo com as regras do novo Sistema de Normalização Contabilística, em vigor. Registou-se, contudo, uma redução dos encargos com remunerações, cuja origem se deve à redução de 10 efectivos, verificada durante o Exercício, a maioria dos quais viu terminado o Contrato de Prestação de Serviços que mantinha com a LISNAVE.

### Formação e Desenvolvimento

No Exercício de 2010, foram desenvolvidas várias Acções de Formação Profissional, abrangendo 1.097 Colaboradores, contemplando áreas consideradas fundamentais para a Empresa, quer pela sua componente técnica, quer em termos comportamentais e de gestão.

### Formação Externa | 2010

Áreas de Formação	Total Horas	Total Participantes
Desenvolvimento Pessoal	6.129	113
Qualificação /Reciclagem Técnicas de Produção	12.086	365
Qualidade, Segurança, Ambiente e Protecção	12.812	528
Hardware e Software	1.438	57
Gestão Financeira, Fiscal e Contabilidade	3.954	34
<b>Total</b>	<b>36.149</b>	<b>1.097</b>



### **Saúde, Higiene e Segurança**

A LISNAVE manteve, no Exercício, a tradicional preocupação com a saúde dos seus Trabalhadores.

Nesta perspectiva, para além de intervenções pontuais, foram realizados 545 Exames, 163 dos quais a Trabalhadores da LISNAVE YARDS, subdivididos em 113 Admissões, 291 Periódicos e 141 Ocasionais e Complementares.

No âmbito da Segurança, o ano de 2010 caracterizou-se pela tendência de descida de um dos seus Índices de Sinistralidade, o Índice de Gravidade, que se situou nos 0,91. O Índice de Frequência inverteu a tendência de descida que se vinha verificando nos últimos anos, situando-se nos 41,70. Estes dados reflectem o facto de se terem registado mais acidentes mas de menor gravidade, isto é com menos dias úteis perdidos.

A LISNAVE, prossequindo o objectivo da melhoria contínua dos referidos indicadores, e de modo a manter-se a tendência de descida verificada nalguns casos, continuou a incorporar a segurança no processo produtivo, através da prévia identificação de perigos e avaliação de riscos, bem como da sensibilização para a utilização dos adequados e recomendados Equipamentos de Protecção Colectiva e Individual e do cumprimento das regras



e procedimentos de segurança, nomeadamente do sistema de autorizações de trabalho.

Neste contexto, prosseguiu, activamente, com as medidas de sensibilização, através de Acções de Formação e treino dos actores do trabalho.

Durante o ano de 2010 receberam Formação e Treino em Segurança, 1.157 Trabalhadores de Empresas Prestadoras de Serviços, 87 pessoas, incluindo Gestores da Empresa e de Firms Colaboradoras, Estagiários e Visitas, numa base de colaboração e divulgação da segurança envolvendo Entidades Externas, incluindo, 25 Quadros ligados à Gestão de Projectos, Produção e Empresas Associadas, 4 Estagiários da Gestão de Projectos, 6 Técnicos de Segurança e Higiene do Trabalho, 4 deles mercê de um Protocolo com a Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, 14 Funcionários da EMSA - European Maritime Safety Agency, 16 alunos do IST - Instituto Superior Técnico e 10 Membros duma Delegação Municipal Chinesa e da Câmara Municipal de Setúbal.

A acrescer à formação dada em sala, salienta-se ainda a informação geral, designadamente sobre Regras de Segurança Básicas, fornecidas a todo o restante pessoal que entra nas Instalações da Empresa, tais como, vendedores, técnicos externos e outras visitas, englobando 753 pessoas.

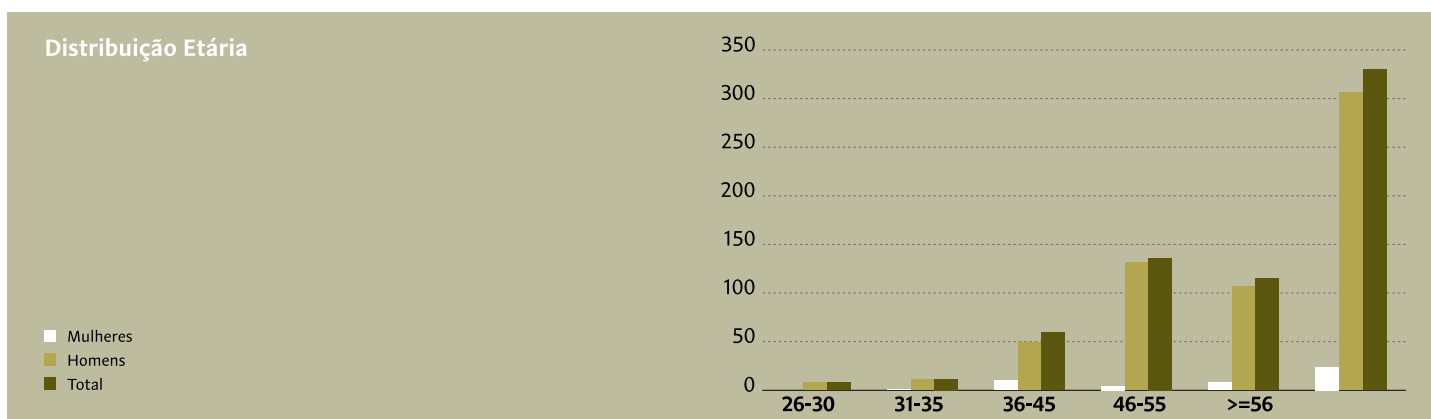


No âmbito desta mesma política de prevenção e na sequência da correspondente opinião médica, a Administração deliberou promover a habitual Campanha de Vacinação contra a Gripe Sazonal, à qual corresponderam 55 Trabalhadores.

#### Outros Indicadores

Em 31 de Dezembro de 2010, o efectivo global da LISNAVE era de 330 Trabalhadores, sendo a idade média de 50,96 anos.

A distribuição etária do efectivo da LISNAVE, naquela data, é a que o quadro junto apresenta.



## 6 | Situação Económica e Financeira

Como já foi referido noutro ponto deste Relatório, a LISNAVE durante o Exercício de 2010, reparou 114 navios, com uma facturação total de cerca de 90 milhões de Euros.

Conforme se mostra no quadro seguinte, registou-se em 2010 uma quebra de 24% no valor das Vendas, relativamente ao ano anterior. Tendo em consideração que o número de navios reparados em 2010 ficou quase em linha com o registado em 2009, a quebra referida ficou a dever-se essencialmente à redução da facturação média por navio, reflectindo um conteúdo de trabalho por navio reparado, significativamente inferior.



### Número de Navios e facturação

Rubricas	2010	2009	2008	2007	2006
N.º Navios Reparados	114	116	138	135	138
Facturação Total	89,6	118,0	145,5	118,3	110,4
Facturação Média Navio	0,786	1,018	1,054	0,876	0,800

(Valores em Milhões de Euros)

Assim, o ano de 2010 veio confirmar o que já se tinha verificado no ano anterior, ou seja, a inversão da tendência de crescimento das Vendas de Reparação Naval verificada nos Exercícios anteriores a 2009, reflectindo a crise de crescimento da economia mundial, com a correspondente quebra acentuada do comércio internacional e, conseqüentemente, a forte degradação dos preços dos fretes marítimos.

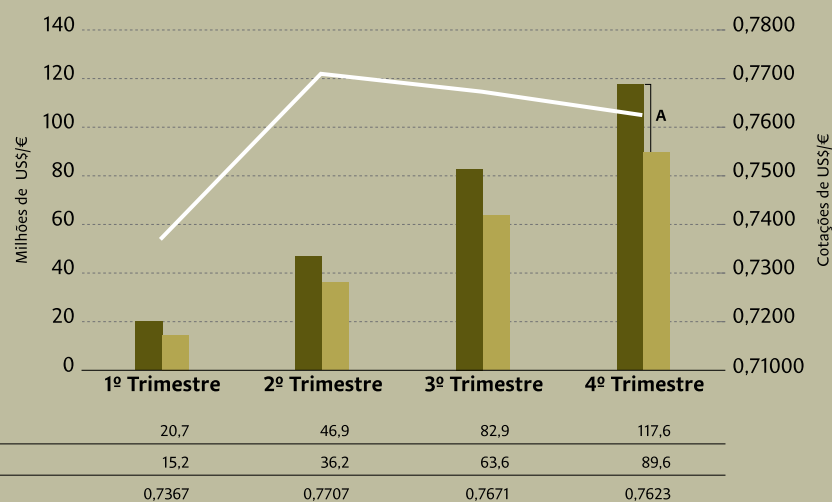
Deste conjunto de factores exógenos, importa não descurar neste capítulo, o comportamento do Dólar. Ainda que tenha registado uma valorização no início do Exercício em apreço, tem continuado a exercer uma forte pressão sobre a competitividade da Empresa, obrigando-a a antecipar as medidas e acções correctivas, indispensáveis à sua

adaptação ao mercado global em que se insere, uma vez que os seus principais Clientes continuam a utilizar primordialmente o Dólar nas suas transacções comerciais.

Assim, o Dólar, cuja forte depreciação iniciada em 2004, conduziu a uma taxa média anual de 0,8014 Euros, tem mantido um comportamento de forte volatilidade ao longo dos últimos cinco anos, atingindo o valor médio de 0,7623 do Euro em 2010.

O quadro seguinte mostra o impacto que a depreciação do Dólar teve ao longo do Exercício de 2010. Com efeito, e em termos anuais, foi necessário vender um montante de 117,6 milhões de Dólares para se atingirem os 89,6 milhões de Euros.

### Facturação Acumulada de Reparações e Cotações US\$/€ Ano 2010



Como nota prévia à análise Económica e Financeira do Exercício de 2010 e para uma melhor compreensão dos mapas que iremos de seguida analisar, deve ser referido que se iniciou em 2010 a implementação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) que veio substituir o Plano Oficial de Contabilidade (POC). De facto, o SNC veio introduzir mudanças significativas nas práticas contabilísticas utilizadas até 2009, designadamente, um novo plano de contas, uma nova estrutura de apresentação para as demonstrações financeiras e sobretudo, a aplicação de novas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

Como consequência, uma das exigências para a apresentação das contas de 2010, é a sua comparação com o Exercício de 2009 ajustado às NCRF que se aplicam à LISNAVE. Deste modo, a estrutura dos mapas que se apresentam neste capítulo, evidencia a comparação dos Exercícios de 2010/2009 em SNC, nas duas primeiras colunas, apresentando as restantes colunas, a comparação 2009/2006 em POC.

Neste contexto, o quadro seguinte apresenta a evolução do total das Vendas e Prestações de Serviços no quinquénio 2010/2006.

### Vendas e Prestações de Serviços

Rubricas	2010	2009
Reparações Navais	89.619	118.032
Crédito dos Navios em Curso (SNC)	4.540	-7.550
Outras Actividades	6.862	7.288
Prestações de Serviços	1.489	948
<b>Total</b>	<b>102.510</b>	<b>118.717</b>

2009	2008	2007	2006
118.032	145.484	118.255	110.433
7.913	3.824	2.960	677
785	1.234	2.059	1.012
<b>126.730</b>	<b>150.542</b>	<b>123.274</b>	<b>112.123</b>

(Valores em milhares de Euros)

Por força da aplicação das orientações constantes do SNC, e mais concretamente, o especificado na Norma de Rébito (NCRF 20), para feitos comparativos face à sua materialidade, evidenciam-se no próprio quadro, os efeitos da alteração contabilística introduzida (reconhecimento, à data do encerramento dos Exercícios de 2009 e 2010, do rébito correspondente ao grau de acabamento das obras em curso), a qual teve um impacto negativo de 7,6 milhões de Euros em 2009 e um efeito positivo de 4,5 milhões em 2010.

O valor total das Rubricas “Reparações Navais” e “Rébito dos Navios em Curso” representou 92% do valor total das “Vendas e Prestações de Serviços”, tendo as Rubricas “Outras Actividades” e “Prestações de Serviços” registado, no seu conjunto, um valor de 8,4 milhões de Euros, ou seja, cerca de 8% daquele total.

Deve ser salientado, também, que a Rubrica “Outras Actividades” apresenta um valor em linha com o verificado no Exercício anterior, devido à manutenção dum nível equivalente de Venda de Serviços à LISNAVE INFRAESTRUTURAS NAVAIS, relacionados com a execução do plano de investimentos com a reabilitação do Estaleiro.

Relativamente à evolução da situação económica da Empresa, apresentam-se, no quadro abaixo, as Demonstrações de Resultados para os Exercícios de 2010/2006, mostrando, por um lado, a evolução da rentabilidade das Vendas, assim como, a evolução do peso relativo dos factores produtivos no total dos Rendimentos de Exploração.

#### Demonstração de Resultados

Rubricas	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Vendas e serviços prestados	102.510		118.717	
Variação de produção	0		0	
Trabalhos para a própria empresa	0		4	
Outros rendimentos e ganhos	2.970		3.488	
<b>Total de Proveitos de Exploração</b>	<b>105.480</b>	<b>100</b>	<b>122.209</b>	<b>100</b>
Custos das mat, primas consumidas	5.347	5,1	5.563	4,6
Fornecimentos e serviços externos	67.051	63,6	75.900	62,1
Gastos com o pessoal	14.783	14,0	15.344	12,6
Depreciações, Imparidad. e Provisões	957	0,9	3.883	3,2
Impostos	186	0,2	188	0,2
Outros gastos e perdas	387	0,4	4.397	3,6
<b>Total de Gastos de Exploração</b>	<b>88.711</b>	<b>84,1</b>	<b>105.275</b>	<b>86,1</b>
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>16.769</b>	<b>15,9</b>	<b>16.934</b>	<b>13,9</b>
Resultados de Financiamento	675	0,6	1.389	1,1
<b>Resultados Correntes</b>				
Resultados Extraordinários				
<b>Resultados antes de Impostos</b>	<b>17.444</b>	<b>16,5</b>	<b>18.323</b>	<b>15,0</b>
Impostos sobre Resultados (-)	-5.474	-5,2	-6.179	-5,1
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>11.970</b>	<b>11,3</b>	<b>12.144</b>	<b>9,9</b>

(Valores em milhares de Euros)



## Demonstração de Resultados

Rubricas	2009		2008		2007		2006	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e prestação de serviços	126.730		150.542		123.274		112.123	
Varição de produção	-4.571		3.600		1.821		262	
Trabalhos para a própria empresa	4		4		55		97	
Outros Proveitos	759		1.263		1.485		1.851	
<b>Total de Proveitos de Exploração</b>	<b>122.922</b>	<b>100</b>	<b>155.409</b>	<b>100</b>	<b>126.635</b>	<b>100</b>	<b>114.334</b>	<b>100</b>
Custos das mat. primas consumidas	5.563	4,5	9.284	6,0	7.108	5,6	6.626	5,8
Fornecimentos e serviços externos	77.467	63,0	106.234	68,4	92.446	73,0	80.274	70,2
Custos com o pessoal	13.817	11,2	12.706	8,2	13.201	10,4	15.226	13,3
Amortizações e provisões	4.804	3,9	2.975	1,9	3.331	2,6	3.455	3,0
Impostos	188	0,2	175	0,1	180	0,1	174	0,2
Outros custos	345	0,3	331	0,2	242	0,2	113	0,1
<b>Total de Custos de Exploração</b>	<b>102.183</b>	<b>83,1</b>	<b>131.705</b>	<b>84,7</b>	<b>116.508</b>	<b>92,0</b>	<b>105.869</b>	<b>92,6</b>
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>20.739</b>	<b>16,9</b>	<b>23.703</b>	<b>15,3</b>	<b>10.127</b>	<b>8,0</b>	<b>8.465</b>	<b>7,4</b>
Resultados Financeiros	1.512	1,2	2.008	1,3	1.226	1,0	674	0,6
<b>Resultados Correntes</b>	<b>22.251</b>	<b>18,1</b>	<b>25.711</b>	<b>16,5</b>	<b>11.353</b>	<b>9,0</b>	<b>9.139</b>	<b>8,0</b>
Resultados Extraordinários	-405	-0,3	-4.575	-2,9	2.322	1,8	393	0,3
<b>Resultados antes de Impostos</b>	<b>21.846</b>	<b>17,8</b>	<b>21.136</b>	<b>13,6</b>	<b>13.675</b>	<b>10,8</b>	<b>9.533</b>	<b>8,3</b>
Impostos (-)	-6916	-5,6	-5815	-3,7	-3476	-2,7	-1427	-1,2
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>14.930</b>	<b>12,1</b>	<b>15.321</b>	<b>9,9</b>	<b>10.199</b>	<b>8,1</b>	<b>8.105</b>	<b>7,1</b>

(Valores em milhares de Euros)

Como apreciação global, e em termos de contas SNC, constata-se que no Exercício de 2010 a situação económica da Empresa piorou, embora de forma inexpressiva, relativamente ao Exercício anterior, ao alcançar um “Resultado Líquido” de 11,97 milhões de Euros, apesar duma redução muito significativa do valor das Vendas. Deve ser salientado que o “Resultado Líquido” de 14,93 milhões de Euros de 2009, usando os critérios do POC, foi positivamente influenciado pelo montante das vendas (relacionadas com o valor significativo das obras em curso registado em 31 de Dezembro de 2008), como já foi referido na análise do quadro anterior.

Para este bom desempenho económico da Empresa, foi decisiva a continuação da política da utilização mais racional dos factores produtivos, fruto de uma gestão por objectivos, praticada por todos os níveis da organização.

Deste modo, a taxa de 84,1% apresentada, no Exercício de 2010, pelo Rácio de Eficiência, que mede o peso relativo da Rubrica “Total de Gastos de Exploração” no “Total de Rendimentos de Exploração”, registou uma melhoria quando comparada com a do ano anterior, isto apesar da quebra muito significativa do “Total de Rendimentos de Exploração”.

Quanto à Rubrica “Resultados de Financiamento”, esta continuou a ter uma contribuição positiva para os “Resultados antes de Impostos” do Exercício em apreço, atingindo um montante de 675 mil de Euros. Este valor é constituído essencialmente por juros de Aplicações Financeiras de Curto Prazo, como resultado dos excedentes de Tesouraria gerados no período.

Contudo, apresenta uma redução importante em relação ao ano anterior, sendo este facto explicado, por um lado, por excedentes de Tesouraria mais reduzidos e, por outro, pela manutenção das baixas taxas de juro bancárias, como resultado das políticas monetárias praticadas pelo BCE, para reactivar as economias europeias.

Ainda relacionado com esta Rubrica, deve continuar a ser sublinhado que os riscos cambiais, relacionados com a volatilidade do Dólar, foram oportunamente eliminados em resultado da decisão da Gestão da Empresa, tomada no final de 2003, de substituir o Dólar pelo Euro na facturação aos Clientes. Assim, as diferenças cambiais registadas no Exercício de 2010, mantiveram-se em níveis não materialmente relevantes.

De modo a completar a análise da evolução económica da Empresa para o período de 2010 a 2006, apresenta-se no mapa seguinte o conjunto de Indicadores e Rácios económicos mais relevantes:

## Agregados Económicos

Rubricas	2010	2009
<b>Agregados Globais</b>		
Valor bruto da produção (VBP)	102.510	118.721
Valor acrescentado bruto (VAB)	34.385	41.177
Encargos com pessoal	14.783	15.344
Cash flow operacional	17.726	20.818
“Gross Cash flow”	18.401	22.207
<b>Número médio de Colaboradores</b>	<b>334</b>	<b>337</b>
<b>Rácios</b>		
Valor bruto da produção per capita	306,9	352,3
Encargos com pessoal per capita	44,3	45,5
VAB / VBP	34%	35%
Encargos com pessoal / VAB	43%	37%

Da sua observação pode concluir-se que, no Exercício de 2010, os Indicadores e Rácios de desempenho da Empresa apresentaram no seu conjunto, uma quebra relativamente ao ano anterior.

Assim, quanto ao agregado “Valor Bruto da Produção” (VBP), verifica-se que teve uma queda de 13,7% relativamente ao Exercício anterior, ou seja, um comportamento alinhado com a quebra verificada nas Vendas de Reparações. Verifica-se, também, uma evolução negativa para o agregado “Valor Acrescentado Bruto” (VAB), como resultado da redução das Vendas e das margens brutas. Também os valores apresentados pelas rubricas “Cash

2009	2008	2007	2006
122.163	154.146	125.150	112.483
44.862	64.502	51.898	44.950
13.817	12.706	13.201	15.226
25.138	22.103	15.780	12.313
26.650	24.111	17.006	12.988
<b>337</b>	<b>312</b>	<b>360</b>	<b>437</b>
362,5	494,1	347,6	257,4
41,0	40,7	36,7	34,8
37%	42%	41%	40%
31%	20%	25%	34%

(Valores em milhares de Euros)

Flow Operacional” e “Gross Cash Flow” mostram uma evolução negativa, com quebras de 3 e 3,8 milhões de Euros respectivamente, em comparação com o Exercício anterior. Estas quebras estão directamente relacionadas com a redução das Vendas.

Por outro lado, ainda, deve referir-se que, de um modo geral, os Rácios de desempenho da Empresa apresentaram uma evolução negativa relativamente ao último ano, como consequência do exposto, mas, ainda assim, em níveis que nos permitem afirmar que a Empresa continua preparada para fazer face a um mercado caracterizado por uma grande imprevisibilidade.

A evolução da “Situação Líquida”, para o período em análise, está evidenciada no quadro seguinte:

### Situação Líquida

Rubricas	2010	2009
Capital Social	5.000	5.000
Prestações Suplementares de Capital	0	0
Reserva Legal e Resultados Transitados	18.546	18.402
Resultado Líquido do Exercício	11.970	12.144
<b>Total da Situação Líquida</b>	<b>35.516</b>	<b>35.546</b>

2009	2008	2007	2006
5.000	5.000	5.000	5.000
0	0	0	0
16.907	14.701	12.502	6.897
14.930	15.321	10.199	8.105
<b>36.837</b>	<b>35.022</b>	<b>27.701</b>	<b>20.002</b>

(Valores em milhares de Euros)



Deve salientar-se que a Situação Líquida em 31 de Dezembro de 2010 apresentava um valor de 35,5 milhões de Euros. Deste modo, o valor contabilístico por Acção, no fim do Exercício, era de 35,52€, representando uma valorização de 610,4% relativamente ao seu valor nominal.

Através da análise das principais Rubricas do Balanço, referidas a 31 de Dezembro, para os últimos cinco Exercícios e constantes do quadro seguinte, pode seguir-se a evolução da estrutura financeira da Empresa.

#### Balanços Sintéticos Comparados

Rubricas	2010	2009
<b>Activo</b>		
Activo não corrente	13.923	15.226
Inventários	2.251	2.447
Clientes c/c (líquido de adiantamentos)	15.498	7.892
Outras contas a receber	9.329	3.366
Caixa e depósitos bancários	30.857	37.827
Diferimentos	187	73
<b>Total do Activo</b>	<b>72.045</b>	<b>66.830</b>
<b>Passivo</b>		
Provisões	3.481	4.157
Outras contas a pagar não corrente	4.161	5.361
Financiamentos obtidos não correntes	0	0
Financiamentos obtidos	0	0
Fornecedores c/c (líquido de adiantamentos)	19.614	12.980
Outras contas a pagar	9.272	8.785
Diferimentos	0	0
<b>Total do Passivo</b>	<b>36.528</b>	<b>31.283</b>
<b>Situação Líquida</b>	<b>35.516</b>	<b>35.546</b>



	2009	2008	2007	2006
	13.904	14.202	9.805	9.216
	3.832	8.144	4.334	2.429
	7.892	23.245	15.552	17.311
	1.343	3.444	3.230	3.842
	37.827	40.749	29.655	20.596
	1.795	1.201	192	1.461
	<b>66.593</b>	<b>90.985</b>	<b>62.766</b>	<b>54.855</b>
	4.157	1.717	938	720
	0	0	0	0
	0	0	0	125
	12.980	30.822	22.591	20.450
	2.045	4.670	2.974	4.737
	10.574	18.754	8.563	8.820
	<b>29.756</b>	<b>55.963</b>	<b>35.065</b>	<b>34.853</b>
	<b>36.837</b>	<b>35.022</b>	<b>27.701</b>	<b>20.002</b>



Com a finalidade de avaliar a Empresa, nas suas vertentes de Liquidez e Capacidade de Endividamento, no final do Exercício em apreço, utiliza-se um conjunto de indicadores que ajudam a caracterizar a estrutura do Balanço. Assim, quanto a:

### **Liquidez**

Apresentando um Fundo de Maneio da ordem dos 29 milhões de Euros e Rácios de Liquidez Geral e de Tesouraria muito confortáveis, com valores de 2,01 e 1,93, respectivamente, apesar de se terem degradado relativamente ao Exercício anterior, pode-se afirmar que a estrutura Financeira de Curto Prazo da Empresa continua a mostrar uma boa solidez.

Para esta situação continuaram a contribuir os seguintes factores: inexistência de Dívidas Bancárias de Curto Prazo, devido ao não recurso ao crédito bancário para fazer face à gestão corrente da Tesouraria, fruto do nível de Cash Flow gerado no Exercício e das Disponibilidades em Caixa e Depósitos Bancários, as quais atingiram 30,9 milhões de Euros, no final do Exercício.

### **Capacidade de Endividamento**

Apresentando um Rácio de Financiamento das Imobilizações de 2,55 e Rácios de Independência Financeira e Autonomia Financeira de 97,2% e 49,3%, respectivamente, conclui-se que a capacidade de endividamento da LISNAVE continua num nível muito confortável e adequado ao seu “core business”, que é caracterizado por um forte grau de imprevisibilidade.

Finalmente, e de acordo com as disposições legais, declara-se que, em 31 de Dezembro de 2010, a LISNAVE não detinha Acções próprias e não existiam Dívidas em mora ao Sector Público Estatal, incluindo a Segurança Social.



## 7 | **Perspectivas da Actividade para 2011**

De acordo com o Banco Mundial, muitas das economias dos países em vias de desenvolvimento já terão recuperado – ou estão em vias de recuperar – a utilização da sua capacidade produtiva total, em resultado, principalmente, do aumento da sua procura interna.

Em contrapartida, as economias dos países desenvolvidos, em resultado das reestruturações do sector bancário impostas pelos respectivos governos, não têm ainda taxas de crescimento suficientemente robustas, de maneira a poder recuperar a taxa de utilização normal da sua estrutura produtiva, a reduzir o desemprego e, conseqüentemente, aumentar a procura interna.

Neste contexto, espera-se uma redução da taxa de crescimento da economia mundial, passando dos 3,9% estimados para o ano de 2010 para 3,3% em 2011, aumentando depois para 3,6% em 2012.

Espera-se, igualmente, que as taxas de crescimento das trocas comerciais desacelerem, passando o seu crescimento dos 10,5% de 2010 para uns reduzidos 6,6% em 2011 e para os 6,5% em 2012.

## **Reparação/Manutenção Naval**

Em resultado da desaceleração prevista na taxa de crescimento do comércio mundial, por um lado, e do aumento substancial da capacidade, tanto em número de navios, como em capacidade de transporte, por outro, espera-se que a taxa de utilização das frotas de comércio mundiais se reduza, o que conduzirá à manutenção, ou mesmo agravamento, da forte pressão em baixa, das taxas de frete.

Há, ainda, alguns outros riscos adicionais, que poderão contribuir para agravar o cenário atrás descrito, de entre os quais se destacam os seguintes:

- ▶ o receio acerca dos resultados dos planos de correcção da dívida soberana de alguns Estados Europeus, que no caso de falharem, poderão provocar um aumento do desemprego e conseqüentemente, redução do consumo;
- ▶ a manutenção da situação actual de baixas taxas de juros nos países desenvolvidos, o que poderá provocar uma fuga de grandes fluxos de capitais para os países em vias de desenvolvimento, à procura de maiores taxas de rentabilidade, o que conduzirá à desestabilização das taxas de câmbio, do preço dos bens e serviços e ao aumento da inflação;

► o risco do aumento do preço dos combustíveis, o que, através de consequências directas no preço do biodiesel, poderá ter um forte impacto no preço da alimentação e nos preços das bancas, o que se traduz em mais um factor de redução da rentabilidade dos Armadores.

Neste contexto, tendo em consideração os riscos anteriormente referidos, que foram entretanto agravados pela evolução da situação política em alguns países da África Setentrional e do Médio Oriente, espera-se que a procura de Reparação/Manutenção Naval, sofra uma redução durante o ano de 2011.

Contudo, dado que o tráfego marítimo no Atlântico, principal área de captura da LISNAVE, se deverá manter em níveis próximos dos de 2010, admite-se que a actividade de reparação naval da LISNAVE, possa vir a manter-se em níveis não muito inferiores aos do ano de 2010.

### **Recursos Humanos**

Espera-se que o ano de 2011 possa constituir-se como um ano de transição para a consolidação da flexibilização das condições do Contrato de Trabalho.

Mantendo-se a inviabilidade de celebração de um novo Instrumento de Regulamentação das Condições de Trabalho com as Associações Sindicais, é intenção do Conselho de Administração prosseguir com a cooperação estabelecida com a LISNAVEYARDS, por forma a promover, através desta, a criação de condições que assegurem a sustentabilidade futura do Sector. Com este objectivo, a LISNAVE pretende iniciar a exploração de novas e mais amplas modalidades de colaboração com a LISNAVEYARDS, procurando que esta assuma, em função da crescente dimensão do seu quadro de pessoal, novas responsabilidades no desenvolvimento da actividade.

Neste contexto, a LISNAVE mantém a intenção de realizar 3 cursos de Formação de Jovens, inicialmente previstos para 2010, destinados a uma franja etária mais carente de operativos, isto é, a faixa entre os 30 e 35 anos.

Para além da Formação de Jovens, a LISNAVE irá prosseguir com a Formação dos seus Colaboradores, pelo que o Plano de Formação aprovado para 2011, inclui 43 Cursos, subdivididos em 84 Acções, envolvendo 906 Formandos, num total de 29.422 Horas de Formação.



## 8 | Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo-se verificado uma “performance” no Exercício de 2010, que conduziu a um resultado que justifica conceder uma Gratificação aos Trabalhadores, o Conselho de Administração, decidiu atribuir uma Gratificação de Balanço.

Desta forma, propõe aos Senhores Accionistas:

**1** Que seja ratificada a decisão do Conselho de Administração, de atribuir uma Gratificação de Balanço à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, no montante de € 1.250.000,00 (Um milhão, duzentos e cinquenta mil Euros)), já incluída no Resultado Líquido do Exercício e que,

**2** Ao Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 11.970.158,02 (Onze milhões, novecentos e setenta mil, cento e cinquenta e oito Euros e dois cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Dividendos	10.500.000,00 Euros
Resultados Transitados	1.470.158,02 Euros

## 9 | Referências Finais

Finalmente, a concluir o Relatório de Gestão relativo à actividade do Exercício de 2010, o Conselho de Administração quer expressar o seu profundo agradecimento e apreço às muitas pessoas e entidades, que de forma directa ou indirecta o apoiaram na consecução dos objectivos estabelecidos, particularmente:

- ▶ Aos Clientes e Fornecedores, pela preferência e confiança com que continuaram a distinguir a LISNAVE;
- ▶ Aos Accionistas, pelo apoio, colaboração e interesse sempre manifestados no acompanhamento dos aspectos mais relevantes da gestão da Empresa;
- ▶ Às Autoridades em geral e às do Porto de Setúbal em particular, pela compreensão e colaboração evidenciadas na resolução das questões inerentes ao funcionamento do Estaleiro;
- ▶ Às Instituições de Crédito, pelo excelente relacionamento que têm vindo a estabelecer com a LISNAVE;
- ▶ Ao Conselho Fiscal e aos Auditores Externos pela forma participativa como exerceram as suas funções;
- ▶ A todos os Colaboradores da Empresa e seus Órgãos Representativos, pela disponibilidade, empenho e elevado profissionalismo evidenciados.

Setúbal, 24 de Fevereiro de 2011

### O Conselho de Administração

#### Presidente

José António Leite Mendes Rodrigues

#### Vogais

Nelson Nunes Rodrigues

Aloísio Fernando Macedo da Fonseca

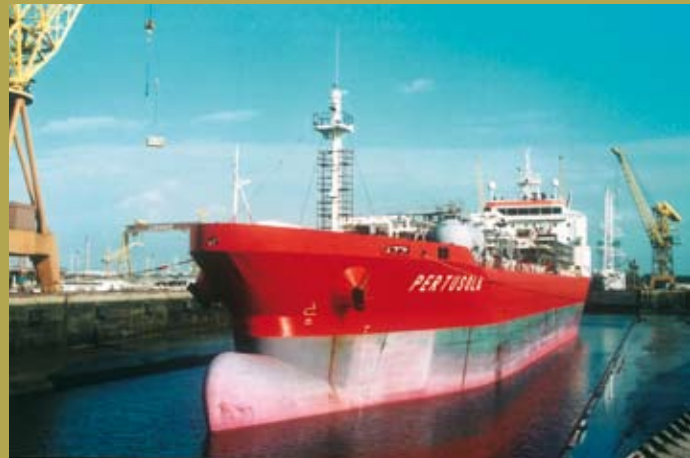
Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger

Marcus Schwaeppe

João Rui Carvalho dos Santos

Manuel Serpa Leitão







**Balanço**

**Demonstração de Capital Próprio**

**Demonstração de Resultados**

**Demonstração de Fluxos de Caixa**

**Anexo**

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

**Certificação Legal das Contas**

**Extracto da Acta da Assembleia Geral Anual de Accionistas  
de 24 de Março de 2011 Relativa à Aprovação dos Documentos  
de Prestação de Contas Respeitante ao Exercício de 2010**

**BALANÇO**

Rubricas	Notas	2010	2009
<b>Activo</b>			
<b>Activo não Corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	8	5.700.610,80	5.871.798,83
Propriedades de investimento	7	2.567.100,00	2.567.100,00
Activos intangíveis	15,2	0,00	0,00
Outros activos financeiros	15,2	4.448.306,89	5.360.954,89
Activos por impostos diferidos	14	1.206.756,99	1.425.735,37
		<b>13.922.774,68</b>	<b>15.225.589,09</b>
<b>Activo Corrente</b>			
Inventários	10	2.250.986,51	2.446.866,54
Clientes	15,1	15.497.885,27	8.090.789,41
Adiantamentos a fornecedores	15,3	395.077,16	958.292,31
Estado e outros entes públicos	17,1	3.259.118,41	968.052,56
Outras contas a receber	15,2	6.070.216,44	2.397.740,07
Diferimentos	17,2	186.520,88	73.014,97
Caixa e depósitos bancários	4	30.857.077,10	37.826.611,93
		<b>58.516.881,77</b>	<b>52.761.367,79</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>72.439.656,45</b>	<b>67.986.956,88</b>

(Valores em Euros)

Rubricas	Notas	2010	2009
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital realizado	15,5	5.000.000,00	5.000.000,00
Reservas legais	17,3	1.398.173,26	1.398.173,26
Resultados transitados	17,3	17.148.100,76	17.003.691,14
		23.546.274,02	23.401.864,40
Resultado líquido do período	17,3	11.970.158,02	12.144.409,62
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>35.516.432,04</b>	<b>35.546.274,02</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não Corrente</b>			
Provisões	12	3.480.956,50	4.157.498,32
Outras contas a pagar	15,4	4.161.230,81	5.360.972,81
		<b>7.642.187,31</b>	<b>9.518.471,13</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	15,3	20.009.001,22	13.938.086,78
Adiantamentos de clientes		0,00	199.000,00
Estado e outros entes públicos	17,1	432.308,80	2.000.253,89
Outras contas a pagar	15,4	8.839.727,08	6.784.871,06
		<b>29.281.037,10</b>	<b>22.922.211,73</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>36.923.224,41</b>	<b>32.440.682,86</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>72.439.656,45</b>	<b>67.986.956,88</b>

(Valores em Euros)

**DEMONSTRAÇÃO CAPITAL PRÓPRIO**

Descrição	Capital Próprio Atribuído aos Detentores do Capital				
	Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total
Posição em 01/01/2009 - POC	5.000.000	1.398.173	13.302.910	15.320.843	35.021.926
Transferência de Resultados do Exercício para Result. Transit.			15.320.843	15.320.843	0
	0	0	15.320.843	-15.320.843	0
<b>Alterações no Exercício</b>					
Primeira adoção do Sistema de Normalização Contabilístico			379.939		379.939
	0	0	379.939	0	379.939
<b>Resultado Líquido do Período</b>				12.144.409	12.144.409
<b>Operações com Detentores de Capital Próprio</b>					
Distribuições			-12.000.000		-12.000.000
	0	0	-12.000.000	12.144.409	144.409
<b>Posição no Fim do Exercício de 2009</b>	5.000.000	1.398.173	17.003.692	12.144.409	35.546.274
Posição em 01/01/2010	5.000.000	1.398.173	17.003.692	12.144.409	35.546.274
Transferência de Resultados do Exercício para Result. Transit.			12.144.409	-12.144.409	0
	0	0	12.144.409	-12.144.409	0
<b>Alterações no Exercício</b>					0
<b>Resultado Líquido do Período</b>				11.970.158	11.970.158
<b>Operações com Detentores de Capital Próprio</b>					
Distribuições			-12.000.000		-12.000.000
	0	0	-12.000.000	0	-12.000.000
<b>Posição no Fim do Exercício de 2010</b>	5.000.000	1.398.173	17.148.101	11.970.158	35.516.432

(Valores em Euros)

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rendimentos e Gastos	Notas	2010	2009
Vendas e serviços prestados	11	102.509.656,77	118.717.213,99
Subsídios à exploração		33.008,23	93.389,67
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos própria empresa		82,32	3.611,51
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-5.347.171,40	-5.562.986,98
Fornecimentos e serviços externos	17,4	-67.050.879,04	-75.899.782,85
Gastos com o pessoal	16,0	-14.783.462,51	-15.343.719,03
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15,1	10.000,00	-32.284,78
Provisões (aumentos/reduções)	12,0	-93.457,62	-2.440.258,91
Outros rendimentos e ganhos	17,5	2.936.811,51	3.394.880,57
Outros gastos e perdas	17,6	-572.405,74	-4.584.942,22
<b>Resultado antes de Depreciações</b>			
<b>Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>17.642.182,52</b>	<b>18.345.120,97</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8,0	-873.282,60	-1.410.638,49
<b>Resultado Operacional</b>			
<b>(antes de Gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>16.768.899,92</b>	<b>16.934.482,48</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	17,8	758.274,64	1.507.601,69
Juros e gastos similares suportados	17,9	-82.926,74	-118.679,74
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>17.444.247,82</b>	<b>18.323.404,43</b>
Imposto sobre o rendimento do período	14,0	-5.474.089,80	-6.178.994,81
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>17,3</b>	<b>11.970.158,02</b>	<b>12.144.409,62</b>

(Valores em Euros)

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

<b>Rubricas</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Fluxo de Caixa das Actividades Operacionais</b>		
Recebimento de Clientes	92.324.738,04	139.111.123,13
Pagamento a Fornecedores	-71.881.494,60	-117.071.688,97
Pagamento a Pessoal	-11.025.815,43	-12.525.068,47
<b>Caixa Gerada pelas Operações</b>	<b>9.417.428,01</b>	<b>9.514.365,69</b>
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre Rendimento	-7.536.337,94	-9.445.849,83
Outros Recebimentos/Pagamentos	3.355.392,51	10.403.032,16
Recebimentos Relacionados com Rúbricas Extraordinárias		
Pagamentos Relacionados com Rúbricas Extraordinárias		
<b>Fluxo das Actividades Operacionais (1)</b>	<b>5.236.482,58</b>	<b>10.471.548,02</b>
<b>Fluxo de Caixa das Actividades de Investimento</b>		
<b>Pagamentos Respeitantes a:</b>		
Activos Fixos Tangíveis	-702.094,57	-1.361.930,43
Activos Intangíveis		
Investimentos Financeiros		-1.206.292,00
Outros Activos		
<b>Recebimentos Respeitantes a:</b>		
Activos Fixos Tangíveis	32.251,00	0,00
Activos Intangíveis		
Investimentos Financeiros		
Outros Activos		
Subsidios de Investimento		0,00
Juros e Rendimentos Similares	537.528,63	1.252.550,30
Subsidios de Investimento		
Dividendos		
<b>Fluxo das Actividades de Investimentos (2)</b>	<b>-132.314,94</b>	<b>-1.315.672,13</b>

(Valores em Euros)

Rubricas	2010	2009
<b>Fluxo de Caixa das Actividades de Financiamento</b>		
<b>Recebimentos Respeitantes a:</b>		
Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Realização de Capital e Outros Inst. de Cap. Próprio	0,00	0,00
Cobertura de Prejuízos	0,00	0,00
Doações		
Outras Operações de Financiamento		
<b>Pagamentos Respeitantes a:</b>		
Financiamentos Obtidos		
Juros e Gastos Similares	-60.345,60	-69.444,22
Dividendos	-12.000.000,00	-12.000.000,00
Redução de Capital e Outros Inst. de Cap. Próprio		
Outras Operações de Financiamento		
<b>Fluxo das Actividades de Financiamento (3)</b>	<b>-12.060.345,60</b>	<b>-12.069.444,22</b>
<b>Varição de Caixa e seus Equivalentes</b> (4) = ((1) + (2) + (3))	<b>-6.956.177,96</b>	<b>-2.913.568,33</b>
<b>Efeito das Diferenças de Cambio</b>	<b>13.356,87</b>	<b>8.396,98</b>
<b>Caixa e seus Equivalentes no Início do Período</b>	<b>37.826.611,93</b>	<b>40.748.577,24</b>
<b>Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período</b>	<b>30.857.077,10</b>	<b>37.826.611,93</b>
	<b>-6.956.177,96</b>	<b>-2.913.568,33</b>

(Valores em Euros)

## **ANEXO**

(Quantias estão expressas em Euros excepto quando expressamente indicado de outra forma)

### **1. Identificação da Empresa**

A Empresa foi constituída em 12 de Março de 1997 com a designação comercial de Navenova – Estaleiros Navais, S.A., denominação social, posteriormente alterada, por escritura pública de 31 de Julho de 1997, para LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS, S.A..

O seu objecto social principal é a exploração de estaleiros navais para construção e reparação de navios, para o exercício de indústria ,comércio, bem como o desenvolvimento de actividades conexas com esta ou afins.

Tem a sua Sede Social em Mitrena, 2910-738 SETÚBAL.

O capital da Empresa é detido maioritariamente pela NAVIVESSEL - ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., que detém 72,83%, pela THYSSENKRUPP MARINE SYSTEMS AG, que possui 20% do capital, pelo ESTADO PORTUGUÊS com 2,97% e pelo PÚBLICO (OPT) com 4,2%.

### **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Tendo em conta o disposto na NCRF 3 – Aplicação pela Primeira Vez das NCRF, no Balanço de Abertura, reportado a 1 de Janeiro de 2009:

- a. Foram reconhecidos todos os activos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas NCRF;
- b. Foram desreconhecidos todos os itens que as NCRF não permitem reconhecer como activos ou passivos;
- c. Foram reclassificados itens que segundo o POC eram reconhecidos como um tipo de activo, passivo ou componente do capital próprio, mas que são um tipo diferente de activo, passivo ou componente do capital próprio segundo as NCRF;
- d. Foram aplicadas as NCRF na mensuração de todos os activos e passivos reconhecidos;
- e. Os ajustamentos foram reconhecidos directamente nos resultados transitados ou, se apropriado, noutro item do capital próprio à data da transição.

Excepcionalmente, na data da aplicação das NCRF pela primeira vez a empresa pôde optar por algumas isenções da aplicação das NCRF e estava proibida de efectuar a aplicação retrospectiva de algumas situações.

Os efeitos da adopção da NCRF 3 na posição financeira, em referência a 1 de Janeiro de 2009, encontram-se reflectidos no quadro seguinte:

	Activo em 01-01-2009		Passivo em 01-01-2009		Capitais Próprios em 01-01-2009
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	
<b>Total de acordo com o POC</b>	<b>78.186.436</b>	<b>14.202.473</b>	<b>57.366.983</b>	-	<b>35.021.925</b>
<b>Alteração de Políticas Contabilísticas</b>					
Desreconhecimentos					
Activos intangíveis	-	(146.429)	-	-	(146.429)
Trabalhos em curso de 2009	-	-	-	-	-
Vendas antecipadas	-	-	-	-	-
Anulação de vendas iniciais	9.901.976	-	-	-	9.901.976
Trabalhos em curso de 2008	(5.955.821)	-	-	-	(5.955.821)
Reconhecimento					
Nova renda a pagar	-	-	784.062	-	(784.062)
Comissões para Clientes a Pagar	-	-	783.453	-	(783.453)
IRC a Pagar	-	-	737.271	-	(737.271)
Gratificações de balanço	-	-	1.115.000	-	(1.115.000)
<b>Subtotal</b>	<b>3.946.155</b>	<b>(146.429)</b>	<b>3.419.786</b>	-	<b>379.939</b>
Reclassificações					
<b>Subtotal</b>	-	-	-	-	-
<b>Total de alterações de políticas contabilísticas</b>	<b>3.946.155</b>	<b>(146.429)</b>	<b>3.419.786</b>	-	<b>379.939</b>
Correcção de Erros	-	-	-	-	-
<b>Total da acordo com as NCRF</b>	<b>82.132.590</b>	<b>14.056.043</b>	<b>60.786.769</b>	-	<b>35.401.864</b>

A adopção das NCRF não teve qualquer impacto ao nível dos Fluxos de Caixa.

A reconciliação do capital próprio relatado segundo o POC com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2009) e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais (31 de Dezembro de 2009) é o seguinte:

	Capitais Próprios 01-01-2009	Resultados do Exercício 31-12-2009	Outras Rubricas de Capital 31-12-2009	Capitais Próprios 31-12-2009
<b>Total de acordo com o POC</b>		<b>14.929.706</b>		<b>36.836.631</b>
<b>Reexpressão do Exercício de 2009</b>				
Desreconhecimentos				
Activos intangíveis	(146.429)	41.880	-	(104.549)
Trabalhos em curso de 2009	-	(1.385.126)	-	(1.385.126)
Vendas antecipadas	-	1.726.318	-	1.726.318
Anulação de vendas iniciais	9.901.976	(9.901.976)	-	-
Trabalhos em curso de 2008	(5.955.821)	5.955.821	-	-
Reconhecimento				
Nova renda a pagar	(784.062)	784.062	-	-
Comissões para Clientes a Pagar	(783.453)	783.453	-	-
IRC a Pagar	(737.271)	737.271	-	-
Gratificações de balanço	(1.115.000)	(1.527.000)	1.115.000	(1.527.000)
<b>Subtotal</b>	<b>379.939</b>	<b>(2.785.297)</b>	<b>1.115.000</b>	<b>(1.290.357)</b>
Reclassificações				
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>--</b>
<b>Total de alterações de políticas contabilísticas</b>	<b>379.939</b>	<b>(2.785.297)</b>	<b>1.115.000</b>	<b>(1.290.357)</b>
Correcção de Erros	-	-	-	--
<b>Total da acordo com as NCRF</b>		<b>12.144.409</b>		<b>35.546.274</b>

### 3. Principais políticas contabilísticas

#### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a Empresa adoptou:

- ▶ As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei N° 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC;
- ▶ As NCRF em vigor na presente data com as isenções descritas na nota 2.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa foram as seguintes:

#### **a. Activos Fixos Tangíveis**

Os Activos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Com excepção dos Terrenos que não são amortizáveis, os Activos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o activo pode estar em imparidade. As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização da finalidade pretendida, utilizando os seguintes métodos:

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2010	2009
Edifícios e outras construções	2,50% - 5%	2,50% - 5%
Equipamento Básico	5% - 12,50%	5% - 12,50%
Equipamento de Transporte	33,33%	33,33%
Equipamento Administrativo	6,25% - 33,33%	6,25% - 33,33%
Outros Activos Tangíveis	16,67%	16,67%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospectiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do Exercício no ano em que o activo é desreconhecido.

Os Activos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

## **Imparidade**

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, a Empresa estima a quantia recuperável do activo (que é a mais alta entre o justo valor do activo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do Exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- ▶ Durante o período, o valor de mercado de um activo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- ▶ Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na Empresa, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a Empresa opera ou no mercado ao qual o activo está dedicado;
- ▶ As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afectarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um activo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do activo;
- ▶ A quantia escriturada dos activos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- ▶ Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um activo;
- ▶ Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um activo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um activo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o activo pertence, planos para alienar um activo antes da data anteriormente esperada;
- ▶ Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um activo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efectuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

## **b. Activos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período**

### **b.1 Activos e Passivos por Impostos Diferidos**

Os Activos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos activos e passivos da Empresa.

Os Activos por Impostos Diferidos reflectem:

- ▶ As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- ▶ Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos reflectem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram, satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- ▶ A Empresa seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- ▶ Seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A mensuração dos Activos e Passivos por Impostos Diferidos:

- ▶ É efectuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o activo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- ▶ Reflecte as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

## **b.2 Imposto sobre o Rendimento**

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do Exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita cada uma das empresas englobadas na consolidação.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 25%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, e da Taxa de Derrama Estadual de onde resulta uma taxa agregada máxima de 29,5%.

Nos termos da legislação em vigor, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

## **c. Inventários**

Os inventários incluem as matérias-primas que estão valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo o método de custeio o custo médio.

O custo dos inventários inclui:

- ▶ Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros directamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros items semelhantes);
- ▶ Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- ▶ Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efectuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

#### **d. Activos Financeiros não incluídos nas alíneas acima**

Os Activos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os Activos Financeiros não incluídos nas alíneas atrás e que não são valorizados ao justo valor estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avaliou a imparidade destes activos. Sempre que existia uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos poderia estar em imparidade, teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- ▶ Significativa dificuldade financeira do devedor;
- ▶ Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- ▶ A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- ▶ Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- ▶ Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de activos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os activos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Activos Financeiros.

### **d.1 Clientes**

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea k) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea d).

### **d.2 Adiantamentos a Fornecedores**

Estes saldos não vencem juros nem têm implícito qualquer tipo de juro pelo que são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicável, determinada com base nos critérios definidos na alínea d).

### **d.3 Outras Contas a Receber**

As outras contas a receber encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- ▶ Pessoal – ao custo menos imparidade;
- ▶ Devedores por acréscimos de rendimentos - ao custo menos imparidade;
- ▶ Outros devedores - ao custo menos imparidade.

A imparidade, em ambos os casos, é determinada com base nos critérios definidos na alínea d).

### **d.4 Caixa e Bancos**

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também, quando aplicável:

- ▶ Os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço; e
- ▶ Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa incluídos na rubrica de Activos Não Correntes Detidos para Venda.

### **e. Estado e Outros Entes Públicos**

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos activos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

### **f. Diferimentos Activos e Passivos**

Esta rubrica reflecte as transacções e outros acontecimentos, relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

### **g. Rubricas dos Capitais Próprios**

#### **g.1 Capital Realizado**

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura. Durante esse prazo os Accionistas respectivos não têm direito a voto nas Assembleias Gerais nos termos definidos no art.º 384 igualmente do CSC.

#### **g.2 Reservas Legais**

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC)

#### **g.3 Resultados Transitados**

Esta rubrica não inclui quaisquer ganhos por aumentos de Justo Valor em Instrumentos Financeiros, Investimentos Financeiros e Propriedades de Investimento os quais, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estariam disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem fossem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

## **h. Provisões**

Esta conta reflecte as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pelo melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflecte riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões.

### **h.1 Provisões para Processos Judiciais**

Esta rubrica inclui a provisão para um processo judicial em curso relativo a IRC de 2003. Encontra-se mensurado pelo seu valor presente.

### **h.2 Outras Provisões**

Esta rubrica inclui, entre outras, as seguintes provisões:

- ▶ Provisões para comissões a pagar, relacionadas com as prestações de serviços prestadas pela Empresa;
- ▶ Provisões para facturas de Fornecedores;
- ▶ Outras diversas.

Estas provisões estão registadas ao seu valor presente.

## **i. Outros Passivos Financeiros não incluídos nas alíneas anteriores**

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os Passivos financeiros não incluídos nas alíneas atrás estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado nos termos indicados nas alíneas seguintes.

**i.1 Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respectivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

**i.2 Adiantamentos de Clientes**

Os Adiantamentos de Clientes não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensurados ao custo.

**i.3 Outras Contas a Pagar**

As outras contas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

**j. Efeito das alterações das Taxas de Câmbio**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transacções.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

**k. Prestações de Serviço**

As Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando a prestação do serviço inclui serviços subsequentes, a parte do rédito correspondente a esses serviços é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Prestações de Serviços.

## **k.1 Prestações de Serviço**

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser fiavelmente estimado, o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- ▶ A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- ▶ É provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- ▶ A fase de acabamento da transacção à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- ▶ Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

A percentagem de acabamento é determinada tendo por base a proporção que os custos incorridos até à data tem nos custos totais estimados da prestação de serviços (referentes aos serviços executados ou a serem executados).

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

### **1. Gastos com o Pessoal**

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

#### **1.1 Férias e Subsídio de Férias**

De acordo com a legislação laboral em vigor, os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do Exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se encontra reflectido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

#### **1.2 Distribuição de Lucros a Empregados**

As distribuições de Lucros a empregados são reconhecidas em Gastos com o Pessoal no período a que respeitam e não como uma distribuição de Resultados. Assim, foi reconhecido nos resultados do Exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se encontra reflectido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

### **1.3 Benefícios de Cessação de Emprego**

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego, quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- ▶ Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- ▶ Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável, quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano incluía, como mínimo:

- ▶ A localização, a função e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- ▶ O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- ▶ Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

#### **m. Juros e gastos similares suportados**

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem os juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efectiva.

#### **n. Activos e Passivos Contingentes**

Um Activo Contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- ▶ Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou
- ▶ Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - ▶ Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
  - ▶ A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos, que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros, que não seja remota.

### **3.2 Juízos de valor efectuados no processo de aplicação das políticas contabilísticas**

#### **a. Vidas úteis dos Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis**

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que esse activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada Exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efectiva de um activo.

Estes parâmetros são definidos, de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas dos sectores em que a Empresa opera.

#### **b. Impostos Diferidos Activos**

São reconhecidos Impostos Diferidos Activos para todos os prejuízos recuperáveis, na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos activos, que podem ser reconhecidos, tendo em conta:

- ▶ A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- ▶ As estratégias de planeamento fiscal futuro.

### **c. Reconhecimento de Prestações de Serviços**

A Empresa utiliza o método da percentagem de acabamento no reconhecimento das suas Prestações de Serviço. A utilização deste método requer que a Empresa estime os serviços executados como uma percentagem do total de serviços a serem executados os quais também necessitam de ser estimados.

### **d. Provisões para Impostos**

A Empresa, suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas, que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

## **3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas**

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

### **a. Imparidade de Activos Não Financeiros**

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um activo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável, a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transacções de activos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o activo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados, que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos, o qual não inclui actividades de reestruturação, relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso, nem investimentos futuros significativos, destinados a melhorar os benefícios económicos futuros, que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- ▶ Quota de mercado durante o período orçamental;
- ▶ Inflação no preço das matérias primas;
- ▶ Margem bruta;
- ▶ Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos;
- ▶ Taxas de desconto usada para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

### **b. Imparidade das contas a receber**

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efectuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do Balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efectivo a incorrer no futuro.

### **c. Provisões**

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade. Estes factores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa, pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

## **4. Fluxos de caixa**

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2010	2009
Caixa	67.915	80.682
Depósitos à Ordem	2.519.162	2.095.930
Outros Depósitos Bancários	28.270.000	35.650.000
	<b>30.857.077</b>	<b>37.826.612</b>

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa constante da Demonstração de Fluxos de Caixa decompõem-se da seguinte forma:

	2010	2009
Caixa	67.915	80.682
Depósitos à Ordem	2.519.162	2.095.930
Outros Depósitos Bancários	28.270.000	35.650.000
	<b>30.857.077</b>	<b>37.826.612</b>
Caixa e Depósitos Bancários de uma Unidade em Descontinuação	-	-
	<b>30.857.077</b>	<b>37.826.612</b>
Descobertos Bancários	-	-
	<b>30.857.077</b>	<b>37.826.612</b>

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

A Empresa adoptou no presente Exercício as NCRF pela primeira vez, pelo que adoptou a NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das NCRF na contabilização dos efeitos das alterações de Políticas Contabilísticas, Estimativas e Correções de Erros não tendo adoptado a NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações de Estimativas e Erros, razão pela qual as divulgações requeridas pela presente Nota não são aplicáveis.

Em termos práticos, ao abrigo da NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das NCRF a Empresa:

- ▶ Adoptou, com efeitos retrospectivos, as mesmas políticas contabilísticas no presente Exercício e nos números comparativos do Exercício anterior;
- ▶ Efectuou as alterações de estimativas de forma prospectiva excepto quando se concluiu que tal alteração se ficou a dever a erros;
- ▶ Corrigiu os erros de forma retrospectiva e procedeu à reexpressão dos comparativos.

## 6. Partes relacionadas

O Grupo onde a Empresa se insere é composto pelas seguintes Entidades:

Nome	Localização	% de Interesse	% de Voto	Natureza do Relacionamento	
				Serviços que a Lisnave presta/ Transacções que faz	Serviços que a Lisnave recebe/ Transacções que recebe
Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A.	Portugal	72,83%	72,83%	Dividendos	Serviços de Consultadoria
ThyssenKrupp Marine Systems AG	Alemanha	20,00%	20,00%	Dividendos	
Estado Português	Portugal	2,97%	2,97%	Dividendos	Vogal de Conselho Fiscal e Administrador Não Executivo
Público (OPT)		4,20%	4,20%	Dividendos	
Lisnave Infraestruturas	Portugal	-	-	Recuperação de Estaleiro	Renda do Estaleiro
Repropel	Portugal	-	-	Serviços de apoio a reparações e comissões	Serviços de Reparções de Hélices
Gaslimpo	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serviço de Pesquisa de Gases
Rebocalis	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serviço de Marinharia
Lisnave Internacional	Portugal	-	-		Serviços Internacionais
Tecor	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serviços técnicos de apoio a navios (tratamento de superfícies)
NavalRocha	Portugal	-	-		
Navalset	Portugal	-	-		
LisnaveYards	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Prestação de serviços de subempreitadas para reparações
Dakarnave	Senegal	-	-		

A Empresa-mãe é a NAVIVESSEL - ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., com Sede em Portugal.

A Empresa-mãe controladora final é a empresa NAVALSET – SERVIÇOS INDUSTRIAIS E NAVAIS, S.A..

A quantia das transacções, dos saldos pendentes, dos ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com os saldos pendentes e os gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas, são os indicados no quadro seguinte:

Nome	Ano	Clientes	Fornecedores	Vendas e Prest. Serv.	Compras	FSEs
Navivessel, Estudos e projectos Navais, S.A.	2010	-	315.763	-	-	290.307
	2009	-	298.061	500	-	290.307
ThyssenKrupp Marine Systems AG	2010	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-
Estado Português	2010	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-
Público (OPT)	2010	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-
Lisnave Infraestruturas	2010	934.260	6.932	6.204.142	-	2.849.640
	2009	1.857.165	74.939	4.444.551	-	6.802.898
Repropel	2010	22.376	1.080	77.605	-	3.800
	2009	11.406	6.960	74.936	-	14.050
Gaslimpo	2010	32.911	309.898	53.693	114.174	706.562
	2009	31.243	189.210	40.936	106.608	699.294
Rebocalis	2010	10.697	472.044	89.931	-	1.261.731
	2009	13.113	67.494	92.383	-	1.273.879
Lisnave Internacional	2010	2.868	66.014	15.405	-	247.483
	2009	11.084	37.113	12.667	-	390.098
Tecor	2010	683	2.607.170	118.983	-	7.633.256
	2009	6.899	765.345	125.374	-	9.226.234
NavalRocha	2010	-	-	630	-	11.500
	2009	14.431	-	430	-	-
Navalset	2010	5.585	-	-	-	-
	2009	-	-	500	-	-
LisnaveYards	2010	28.063	141.702	179.411	-	3.268.807
	2009	29.078	258.641	91.862	-	870.100
Dakarnave	2010	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-

## 7. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento respeitam ao terreno da Quinta da Chanoca, o qual está detido para valorização de capital. Esta rubrica não registou qualquer movimento nos Exercícios de 2009 e 2010.

## 8. Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos	Imobilizações em curso	Total Activos Tangíveis
<b>Custo</b>							
<b>01 de Janeiro de 2009</b>	<b>7.263.526</b>	<b>15.029.514</b>	<b>370.719</b>	<b>4.159.569</b>	<b>5.688.087</b>	<b>969.065</b>	<b>33.480.480</b>
Aumentos	-	-	-	-	-	1.361.930	1.361.930
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de uma subsidiária	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	694.143	-	33.400	687.823	(1.415.367)	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(5.122.579)	(9.172.766)	(79.625)	(3.077.778)	(67.473)	(556.058)	(18.076.278)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2009</b>	<b>2.140.947</b>	<b>6.550.892</b>	<b>291.094</b>	<b>1.115.191</b>	<b>6.308.437</b>	<b>359.571</b>	<b>16.766.132</b>
Aumentos	-	-	-	-	-	702.095	702.095
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de uma subsidiária	-	-	-	-	-	-	-
Oper. Descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	117.791	323.844	121.245	343.144	136.993	(1.043.017)	-
Alienações	-	-	(153.446)	-	-	-	(153.446)
Abates	(359.411)	(1.202.378)	(114.879)	-	(31.312)	-	(1.707.980)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2010</b>	<b>1.899.327</b>	<b>5.672.359</b>	<b>144.014</b>	<b>1.458.335</b>	<b>6.414.118</b>	<b>18.648</b>	<b>15.606.801</b>

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos	Imobilizações em curso	Total Activos Tangíveis
<b>Amortizações e Imparidade</b>							
<b>01 de Janeiro de 2009</b>	<b>5.190.123</b>	<b>11.517.970</b>	<b>318.926</b>	<b>3.780.614</b>	<b>5.250.390</b>	-	<b>26.058.023</b>
Amortizações	224.435	747.230	51.793	133.603	253.577	-	1.410.638
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	(4.778.718)	(8.571.129)	(79.625)	(3.077.384)	(67.473)	-	(16.574.328)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2009</b>	<b>635.840</b>	<b>3.694.072</b>	<b>291.094</b>	<b>836.833</b>	<b>5.436.494</b>	-	<b>10.894.333</b>
Amortizações	113.626	356.405	34.061	108.487	260.703	-	873.283
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Oper. Descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(359.411)	(1.202.378)	(268.325)	-	(31.312)	-	(1.861.425)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2010</b>	<b>390.055</b>	<b>2.848.100</b>	<b>56.831</b>	<b>945.320</b>	<b>5.665.885</b>	-	<b>9.906.191</b>
<b>Valor Líquido Contabilístico:</b>							
<b>A 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>1.509.272</b>	<b>2.824.259</b>	<b>87.183</b>	<b>513.015</b>	<b>748.233</b>	<b>18.648</b>	<b>5.700.610</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>1.505.107</b>	<b>2.856.820</b>	<b>-</b>	<b>278.358</b>	<b>871.943</b>	<b>359.571</b>	<b>5.871.799</b>
<b>A 01 de Janeiro de 2009</b>	<b>2.073.403</b>	<b>3.511.543</b>	<b>51.793</b>	<b>378.955</b>	<b>437.697</b>	<b>969.065</b>	<b>7.422.457</b>

## 9. Imparidade de Activos

Não foram registadas no ano quaisquer imparidades de activos fixos tangíveis ou em propriedades de investimento.

## 10. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2010	2009
Matérias primas, Subs. e de Consumo	2.250.987	2.446.867
	<b>2.250.987</b>	<b>2.446.867</b>

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes.

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências em 1 de Janeiro de 2009	2.431.178
Compras	5.850.550
Imparidades	-
Regularização de inventários	-
Existências em 31 de Dezembro de 2009	2.718.741
	<b>5.562.987</b>
Existências em 1 de Janeiro de 2010	2.718.741
Compras	5.129.526
Imparidades	-
Regularização de inventários	-
Existências em 31 de Dezembro de 2010	2.501.096
	<b>5.347.171</b>

A quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período encontra-se no quadro seguinte:

	2010	2009
<b>Saldo inicial</b>	<b>271.874</b>	<b>243.118</b>
<b>Perdas por Imparidade</b>		
Matérias primas, Subs. e de Consumo	-	31.733
	-	<b>31.733</b>
<b>Reversões de Perdas por Imparidade</b>		
Matérias primas, Subs. e de Consumo	(21.764)	(2.977)
	<b>(21.764)</b>	<b>(2.977)</b>
<b>Saldo final</b>	<b>250.110</b>	<b>271.874</b>

## 11. Redito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2010	2009
<b>Venda de Mercadorias</b>		
<b>Subprodutos, Resíduos e Refugos</b>		
Mercado Interno	703.247	162.712
	<b>703.247</b>	<b>162.712</b>
<b>Prestações de Serviços</b>		
<b>Serviços</b>		
Mercado Interno	9.224.438	13.397.053
Mercado Comunitário	53.431.875	64.481.601
Mercado Extra-Comunitário	39.150.097	40.675.848
	<b>101.806.410</b>	<b>118.554.502</b>
	<b>102.509.657</b>	<b>118.717.214</b>

## 12. Provisões

O movimento ocorrido nas Provisões, por cada provisão, encontra-se reflectido no quadro seguinte:

	Provisões para Processos Judiciais em Curso	Provisões para notas de crédito	Provisões para facturas de fornecedores	Provisões para Comissões	Outras Provisões	Total
<b>A 01 de Janeiro de 2009</b>	456.640	-	750.000	-	510.600	1.717.240
Aumentos do ano	-	600.000	951.040	248.377	1.519.414	3.318.832
Utilizações no ano	-	-	-	-	-	-
Reversões do ano	-	-	(367.973)	-	(510.600)	(878.573)
<b>A 31 de Dezembro de 2009</b>	456.640	600.000	1.333.067	248.377	1.519.414	4.157.499
<b>A 01 de Janeiro de 2010</b>	456.640	600.000	1.333.067	248.377	1.519.414	4.157.499
Aumentos do ano	-	548.556	149.735	140.065	390.103	1.228.459
Utilizações no ano	-	(548.556)	(468.500)	(189.631)	51.311	(1.155.375)
Reversões do ano	-	-	(329.624)	(18.199)	(401.802)	(749.625)
<b>A 31 de Dezembro de 2010</b>	456.640	600.000	684.678	180.612	1.559.027	3.480.957

### 13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

A quantia das diferenças de Câmbio reconhecidas nos resultados é a que se indica no quadro seguinte:

	2010	2009
<b>Diferenças de câmbio favoráveis incluídas em:</b>		
Outros rendimentos e ganhos	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos	19.113	19.934
	<b>19.113</b>	<b>19.934</b>
<b>Diferenças de câmbio desfavoráveis incluídas em:</b>		
Outros gastos e perdas	-	-
Juros e gastos similares suportados	23.445	22.199
	<b>23.445</b>	<b>22.199</b>

### 14. Imposto Sobre o Rendimento

O Gasto (Rendimento) por Impostos Correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2010	2009
<b>Imposto Corrente</b>		
IRC do ano	5.255.112	6.537.883
	-	-
<b>Imposto Diferido</b>		
Originados e objecto de reversão por diferenças temporárias	218.978	(358.888)
Outros movimentos	-	-
	<b>218.978</b>	<b>(358.888)</b>
	<b>5.474.090</b>	<b>6.178.995</b>

O Ajustamento reconhecido no período de Impostos Correntes de períodos anteriores é o indicado no quadro seguinte.

	2010	2009
Excesso de Estimativa para Impostos	174.101	-
Insuficiência de Estimativa para Impostos	(150)	(333)
	<b>173.951</b>	<b>(333)</b>

Com excepção da introdução da taxa de Derrama Estadual durante o exercício de 2010, não ocorreram outras alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos pelo que a quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos não sofreu quaisquer alterações decorrentes de tais situações.

A reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a Taxa de Imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte.

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2010	2009	2010	2009
Resultado antes de impostos	17.444.248	18.323.404		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	26,5%	26,5%		
<b>Imposto sobre o lucro à taxa nominal</b>	<b>4.622.726</b>	<b>4.855.702</b>	<b>26,50%</b>	<b>26,50%</b>
<b>Proveitos não tributáveis</b>				
Mais Valias Contabilísticas	32.251	-		
Menos Valias Fiscais	9.167	-		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	773.983	938.260		
Seguro Excellentia	1.067.000	1.300.000		
Variações patrimoniais negativas	29.286	1.505.814		
Benefícios Fiscais	68.349	121.257		
	<b>1.980.036</b>	<b>3.865.331</b>	<b>(3,01%)</b>	<b>(5,59%)</b>
<b>Custos não dedutíveis para efeitos fiscais</b>				
Donativos	2.000	4.950		
Multas, coimas e juros compensatórios	643	7.342		
Despesas não documentadas	180.488	264.789		
Variações patrimoniais positivas	341.192	-		
Amortizações não aceites fiscalmente	6.561	6.140		
Provisões para além limites legais	1.228.459	3.318.832		
Registo de perdas de imparidade	-	31.734		
Abates de imobilizado	-	945.632		
Seguro Excellentia	536.172	2.546.957		
Correcções relativas a exercícios anteriores	13.436	491.961		
Outros	224.791	266.166		
	<b>2.533.742</b>	<b>7.884.504</b>	<b>(3,85%)</b>	<b>(11,40%)</b>

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2010	2009	2010	2009
Lucro tributável	17.997.954	22.342.577		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%		
<b>Imposto calculado</b>	<b>4.497.926</b>	<b>5.584.082</b>	<b>27,34%</b>	<b>32,31%</b>
Tributação autónoma	201.260	248.281	1,15%	1,36%
Derrama	269.969	335.139	1,55%	1,83%
Derrama Estadual	399.949	-	2,29%	0,00%
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	218.978	(358.888)	1,26%	(1,96%)
Ajustamentos Estimativas (exercícios anteriores)	46.137	-	0,26%	0,00%
Outros	(160.130)	370.381	(0,92%)	2,02%
	<b>976.164</b>	<b>594.913</b>	<b>5,60%</b>	<b>3,25%</b>
<b>Imposto sobre o Rendimento</b>	<b>5.474.090</b>	<b>6.178.995</b>	<b>32,94%</b>	<b>35,56%</b>

Os Impostos Diferidos discriminam-se como segue:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados		Outras Rubricas de Capital Próprio	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
<b>Impostos Diferidos Activos</b>						
Ajustamentos de transição SNC	-	-	-	-	-	-
Outras						
Seguro Excellentia	1.206.757	1.425.735	(218.978)	358.888		
	<b>1.206.757</b>	<b>1.425.735</b>	<b>(218.978)</b>	<b>358.888</b>	-	-

## 15. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

	2010	2009
<b>Activos</b>		
<b>Não Corrente</b>		
Outras contas a receber	4.448.307	5.360.955
<b>Corrente</b>		
Cientes		
Bruto	15.627.000	8.229.904
Imparidades	(129.115)	(139.115)
Adiantamentos a Fornecedores	395.077	958.292
Outras contas a receber	6.070.216	2.397.740
	<b>21.963.179</b>	<b>11.446.822</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Não Corrente</b>		
Outras contas a pagar	4.161.231	5.360.973
<b>Corrente</b>		
Fornecedores	20.009.001	13.938.087
Adiantamentos de clientes	-	199.000
Outras contas a pagar	8.839.727	6.784.871
	<b>28.848.728</b>	<b>20.921.958</b>
<b>Capital Próprio</b>		
Capital social	5.000.000	5.000.000
	<b>5.000.000</b>	<b>5.000.000</b>

## 15.1 Clientes

A antiguidade do Saldo de Clientes decompõem-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não Vencida	Dívida Vencida				
			< 30 Dias	30-60 Dias	60-90 Dias	90-120 Dias	> 120 Dias
Ano 2010	15.627.000	10.251.139	2.574.919	1.227.042	(12.775)	153.759	1.432.915
Ano 2009	8.090.789	4.333.177	939.676	1.620.933	(404.500)	686	1.600.817

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade de Dívidas a Receber discrimina-se como segue:

	Saldo Inicial	Imparidade	Utilização	Reversão	Saldo Final
<b>Exercício de 2010</b>					
Clientes	139.115	-	-	(10.000)	129.115
	<b>139.115</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(10.000)</b>	<b>129.115</b>
<b>Exercício de 2009</b>					
Clientes	138.563	551	-	-	139.115
	<b>138.563</b>	<b>551</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>139.115</b>

## 15.2 Outras Contas a Receber

As outras contas a receber discriminam-se como segue:

	2010	2009
<b>Outras contas a receber não correntes</b>		
Seguro de capitalização	4.448.307	5.360.955
<b>Outras contas a receber correntes</b>		
<b>Devedores por acréscimo de rendimentos</b>		
Rédito das encomendas em curso	5.579.064	1.726.318
Juros Depósitos a Prazo	249.910	235.117
Outros	67.511	61.114
<b>Outros devedores e credores</b>		
Pessoal	142.023	149.600
Outros	31.708	225.591
	<b>6.070.216</b>	<b>2.397.740</b>

## Seguro Capitalização

A Empresa constituiu em 2008 um Seguro que se traduz num investimento financeiro a 10 anos, com o objectivo de maximizar a sua rentabilidade financeira. Este investimento teve no ano corrente um rendimento financeiro de 186.707 Euros, tendo sido utilizado o montante de 1.100.000 Euros por transferência para a Apólice de Seguro (OEXL 103112068) para reforço do fundo para cobertura das responsabilidades por serviços passados mais o ano seguinte.

Este Seguro vence juros de 3,5% ao ano. Adicionalmente o Seguro tem uma remuneração indexada à rentabilidade da própria Companhia de Seguros.

### 15.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

	2010	2009
<b>Fornecedores conta corrente</b>		
Nacionais	18.443.962	12.755.327
Estrangeiros	302.529	178.110
Empresa Mãe	315.763	298.061
Fornecedores recepção e conferencia	946.747	706.589
	<b>20.009.001</b>	<b>13.938.087</b>
<b>Adiantamentos a fornecedores</b>		
Nacionais	308.479	913.174
Estrangeiros	86.598	45.118
	<b>395.077</b>	<b>958.292</b>

#### 15.4 Outras contas a pagar

As Outras Contas a Pagar discriminam-se como segue:

	2010	2009
<b>Outras Contas a Pagar - Não Correntes</b>	<b>4.161.231</b>	<b>5.360.973</b>
<b>Outras Contas a Pagar - Correntes</b>		
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>		
Seguros	5.930	15.343
Remunerações a liquidar - férias e subsídio de férias	1.451.780	1.501.648
Prestadores de Serviços	100.000	175.785
Trabalhos Especializados	550.000	1.010.102
Renda LISNAVE	364.567	(1.074.026)
Comissões	4.358.820	2.907.461
Outros	610.054	694.556
Agentes	148.576	26.750
<b>Outros devedores e credores</b>		
Pessoal - Gratificações de Balanço	1.250.000	1.527.000
Diversos	-	251
	<b>8.839.727</b>	<b>6.784.871</b>

#### 15.5 Capital Social

As quantias do Capital Social nominal e do Capital Social por realizar e respectivos prazos de realização são as indicadas no quadro seguinte.

	2010	2009
Capital Social nominal emitido	5.000.000	5.000.000
Capital Social nominal emitido e realizado		
NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A.	3.641.370	3.641.370
THYSSENKRUPP MARINE SYSTEMS AG	1.000.000	1.000.000
ESTADO PORTUGUÊS	148.330	148.330
PÚBLICO (OPT)	210.300	210.300
	<b>5.000.000</b>	<b>5.000.000</b>
Capital por realizar	-	-

O Capital Social é representado por 1.000.000 Acções Nominativas, com valor nominal de 5,00 Euros cada.

## 15.6 Garantias

Os activos financeiros dados em garantia, em penhor ou promessa de penhor como colateral são os seguintes:

Entidades	M/BCP	M/BCP	M/BCP	M/BCP	M/BCP
Moeda	EUR	EUR	EUR	EUR	EUR
Montante	55.660,96	100.000,00	522.161,33	24.939,90	1.000.000,00
Beneficiário	Alfândega de Lisboa	Alfândega de Setúbal	Ch.Serv.FIN. Setúbal 1	Alfândega de Lisboa	NNPC Nigerian Nat. P. Corp

## 15.7 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas actividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros susceptíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- ▶ Risco de mercado
  - ▶ Risco de taxa de juro
  - ▶ Risco de taxa de câmbio
  - ▶ Outros riscos de preço
- ▶ Risco de crédito
- ▶ Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objectivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objectivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- ▶ Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- ▶ Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efectuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direcção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

### **Risco de Taxa de Juro**

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A Empresa não tem financiamentos, pelo que não está sujeita ao risco de taxa de juro.

### **Risco de Taxa de Câmbio**

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A internacionalização da Empresa obriga-a a estar exposta ao risco de taxa de câmbio das moedas de diferentes países.

A exposição ao risco de taxa de câmbio resulta fundamentalmente das actividades operacionais da Empresa (em que os gastos, rendimentos, activos e passivos são denominados em moedas diferentes da moeda de relato). No entanto, as transacções e saldos em moeda estrangeira são imateriais.

### **Risco de Crédito**

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne às seguintes actividades operacionais – Clientes, Fornecedores e Outras Contas a Receber e a Pagar.

A gestão do risco de crédito relativo a Clientes e Outras Contas a Receber é efectuada da seguinte forma:

- ▶ Seguindo políticas procedimentos e controlos estabelecido pela Empresa;
- ▶ Os valores em dívida são regularmente monitorizados;
- ▶ Para clientes novos, com pouca antiguidade de relação com a Empresa, são pedidos pagamentos antecipados de parte da encomenda efectuada;
- ▶ A Empresa tem em vigor um seguro de crédito.

## 16. Gastos com o Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2010	2009
Remunerações dos Órgãos Sociais	776.916	820.973
Remunerações do Pessoal	10.315.413	10.981.281
<b>Outros Remunerações</b>		
Indemnizações	127.500	-
Encargos sobre Remunerações	2.148.931	2.185.614
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	233.394	238.982
Gastos de acção social	862.205	889.217
Outros gastos com o Pessoal	319.103	227.653
	<b>14.783.463</b>	<b>15.343.719</b>

A Empresa constituiu em 2008 uma Apólice (OEXL103112067) que se traduz num investimento financeiro a 10 anos (Nota 15.2), com o objectivo de maximizar a sua rentabilidade financeira, o qual em 31-12-2010 ascende a 4.448.307 Euros (2009: 5.360.955 Euros). Este investimento teve no ano corrente um rendimento financeiro de 186.707 Euros, tendo sido utilizado o montante de 1.100.000 Euros por transferência para a Apólice de Seguro (OEXL103112068) para cobertura das responsabilidades por serviços passados mais o ano seguinte.

Estas responsabilidades (Nota 15.4), após dedução do montante desta última Apólice em 31-12-2010 (3.914.960 Euros) ascendem a 4.161.231 Euros (2009: 5.360.973 Euros). Os valores atrás indicados, suportados por estudo técnico elaborado por entidade independente, tomaram em consideração as adequadas variáveis.

## 17. Outras informações

### 17.1 Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2010	2009
<b>Saldo a receber</b>		
Imposto sobre o rendimento	925.499	-
IVA	2.333.619	968.053
	<b>3.259.118</b>	<b>968.053</b>
<b>Saldo a pagar</b>		
Imposto sobre o rendimento	-	1.650.915
Retenções Imposto sobre Rendimento	183.662	136.514
Contribuição para a Segurança Social	248.647	212.825
	<b>432.309</b>	<b>2.000.254</b>

### 17.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2010	2009
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	179.606	59.223
Contrato publicidade	1.500	8.400
Outros Gastos	5.415	5.392
	<b>186.521</b>	<b>73.015</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Outros	-	-
	-	-

### 17.3 Reservas e Resultados

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2009</b>	<b>1.398.173</b>	<b>13.302.910</b>	<b>15.320.843</b>	<b>30.021.926</b>
Ajustamentos de Transição	-	379.939	-	379.939
	<b>1.398.173</b>	<b>13.682.849</b>	<b>15.320.843</b>	<b>30.401.865</b>
Alteração de políticas contabilísticas	-	-	-	-
Constituição da Reserva legal	-	-	-	-
Dividendos	-	(12.000.000)	-	(12.000.000)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	15.320.843	(15.320.843)	-
Resultado do ano	-	-	12.144.409	12.144.409
Outros	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>1.398.173</b>	<b>17.003.692</b>	<b>12.144.409</b>	<b>30.546.274</b>
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2010</b>	<b>1.398.173</b>	<b>17.003.692</b>	<b>12.144.409</b>	<b>30.546.274</b>
Constituição da Reserva legal	-	-	-	-
Dividendos	-	(12.000.000)	-	(12.000.000)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	12.144.409	(12.144.409)	-
Resultado do ano	-	-	11.970.158	11.970.158
Outros	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>1.398.173</b>	<b>17.148.101</b>	<b>11.970.158</b>	<b>30.516.432</b>

#### 17.4 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2010	2009
Subcontratos	41.090.423	47.201.772
Trabalhos especializados	2.499.520	2.397.875
Publicidade e propaganda	205.794	150.291
Vigilância e segurança	449.499	494.315
Honorários	618.178	924.358
Comissões	1.993.237	1.700.329
Conservação e reparação	3.952.330	4.925.801
Ferramentas e utensílios	113.652	32.496
Livros e documentação técnica	26.316	32.596
Material de escritório	91.296	79.009
Artigos para oferta	55.595	78.610
Electricidade	2.041.606	2.093.317
Combustíveis	1.379.772	1.463.951
Deslocações e estadas	360.527	442.457
Transportes de Pessoal/Mercadorias	1.008.006	1.093.501
Rendas e alugueres	6.393.518	7.402.555
Comunicação	171.990	191.271
Seguros	1.500.630	1.405.381
Royalties	37.334	65.501
Contencioso e notariado	23.600	58.751
Despesas de representação	137.172	173.178
Limpeza, higiene e conforto	289.065	294.029
Outros	2.611.819	3.198.439
	<b>67.050.879</b>	<b>75.899.783</b>

### 17.5 Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2010	2009
<b>Rendimentos Suplementares</b>		
Outros	358.354	454.557
Descontos de pronto pagamento obtidos	107.795	123.093
Ganhos em Inventários	45.671	161.363
<b>Rendimentos e Ganhos em Investimentos Não Financeiros</b>		
Alienações	32.251	-
Outros	207.344	48.207
<b>Outros</b>		
Correcções relativas a períodos anteriores	2.010.935	2.605.574
Excesso da estimativa para Impostos	174.101	-
Outros não especificados	362	2.086
	<b>2.936.812</b>	<b>3.394.881</b>

## 17.6 Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2010	2009
Impostos	185.794	187.671
Dívidas incobráveis	1.100	37.400
Perdas em Inventários	7.944	14.862
<b>Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros</b>		
Abates (Notas 7 e 8)	-	945.632
<b>Outros</b>		
Correcções relativas a períodos anteriores	13.436	491.961
Donativos	110.500	178.300
Quotizações	70.872	78.842
Insuficiência de estimativa para impostos	150	333
Insuficiência de estimativa para Subs. Férias	-	86.271
Estágios	180.488	265.860
Multas e penalidades		
Multas não fiscais	-	7.288
Multas fiscais	576	-
Outros	1.546	2.290.522
	<b>572.406</b>	<b>4.584.942</b>

## 17.7 Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2010	2009
<b>Gastos de depreciação e de amortização</b>		
Propriedades de Investimento	-	-
Activos Fixos Tangíveis	873.283	1.410.638
	<b>873.283</b>	<b>1.410.638</b>
Reversões de depreciações e amortizações	-	-
	<b>873.283</b>	<b>1.410.638</b>

### 17.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2010	2009
<b>Juros Obtidos</b>		
De Depósitos	552.455	1.487.667
<b>Dividendos Obtidos</b>		
De outras aplicações de Meios Financeiros Líquidos	186.707	-
Diferenças de câmbio favoráveis	19.113	19.935
Outros Rendimentos Similares	-	-
	<b>758.275</b>	<b>1.507.602</b>

### 17.9 Juros e Gastos Similares Suportados

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2010	2009
<b>Juros Suportados</b>		
Juro saldo credor	2	8
Juros mora e compensatórios	68	33
<b>Diferenças de câmbio desfavoráveis</b>		
Outras	23.445	22.199
<b>Outros Gastos e Perdas de Financiamento</b>		
Outros	59.412	96.440
	<b>82.927</b>	<b>118.680</b>

## **18. Acontecimentos após a data do Balanço**

A data em que as Demonstrações Financeiras estão autorizadas para emissão foi 24 de Fevereiro de 2011.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.

Não existem quaisquer acontecimentos entre a data do Balanço e a data de autorização para emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes Demonstrações Financeiras.

## **19. Outras informações exigidas por Diplomas Legais**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração da Sociedade, Eng. José António Leite Mendes Rodrigues e Dr. Nelson Nunes Rodrigues, Accionistas da NAVIVESSEL - ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., são titulares indirectos de 218.482 Acções.

Em relação ao Órgão de Fiscalização da Sociedade, informa-se que este não se encontra em qualquer das situações previstas no corpo deste Artigo.

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do Exercício, e segundo os registos da Sociedade, são titulares de 72,83% e de 20,00% do Capital Social da LISNAVE, respectivamente os seguintes Accionistas:

- ▶ NAVIVESSEL – ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., S.A  
Titular de 728.274 Acções.
- ▶ THYSSENKRUPP MARINE SYSTEMS AG  
Titular de 200.000 Acções.

Os cargos desempenhados pelos Administradores da LISNAVE, em outras Sociedades discriminam-se como segue:

<b>Administradores</b>	<b>Empresas</b>	<b>Cargos Desempenhados</b>
<b>José António Leite Mendes Rodrigues</b>	Navivessel, S.A.	Administrador
	Navalset, S.A.	Presidente C. Administração
	Lisnave Infraestruturas Navais, S.A.	Presidente C. Administração
	Lisnave Internacional, S.A.	Administrador
	LisnaveYards, Lda.	Gerente
<b>Nelson Nunes Rodrigues</b>	Navivessel, S.A.	Administrador
	Navalset, S.A.	Administrador
	Lisnave Infraestruturas Navais, S.A.	Administrador
	Lisnave Internacional, S.A.	Presidente C. Administração
	Repropel, Lda	Gerente
	LisnaveYards, Lda.	Gerente
<b>Aloísio Fernando Macedo da Fonseca</b>	CPCOM, S.A.	Administrador
<b>Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger</b>	Lisnave Internacional, S.A.	V/ Pres. C. Administração
	Mecnavis, S.A.	Presidente C. Administração
	Dakarnave, S.A.	Presidente C. Administração
	A.I. Navais	Presidente Direcção
	C.I.P.	Director
	A.S.E.E.M.	Director
	Fename	Vice-Presidente Direcção
<b>João Rui Carvalho dos Santos</b>	Navivessel, S.A.	Administrador
	Lisnave Internacional, S.A.	Administrador
	NavalRocha, S.A.	Administrador
	Gaslimpo, S.A.	Administrador
	Mecnavis, S.A.	Administrador
	Dakarnave, S.A.	Administrador
	Tecor, S.A.	Administrador
	Fundenav	Presidente Conselho Fiscal
	A.I. Navais	Vice-Presidente Direcção
	Fename	Presidente C. Fiscal
	LisnaveYards, Lda.	Gerente
<b>Manuel Serpa Leitão</b>	Navivessel, S.A.	Presidente Mesa A. Geral
	Lisnave Infraestruturas Navais, S.A.	Administrador-Delegado
	Gaslimpo, S.A.	Presidente C. Administração
	Tecor, S.A.	Presidente Mesa A. Geral
	Rebocalis, Lda.	Presidente Cons. Gerência
	Lisnave Internacional, S.A.	Administrador
	Fundenav	Presidente da Direcção
	A.I. Navais	Presidente Mesa A. Geral



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### Exercício de 2010

Senhores Accionistas,

**1** No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, o Conselho Fiscal da «LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS, S.A.», no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao Exercício de 2010, vem apresentar o seu Relatório e Parecer sobre esses mesmos elementos de prestação de contas.

**2** O Conselho Fiscal acompanhou ao longo do exercício, com a periodicidade conveniente, a actividade da LISNAVE, através da análise da documentação produzida, dos contactos com os Serviços, dos elementos de trabalho disponibilizados pelos Auditores Externos e das reuniões de informação que regularmente manteve com o Conselho de Administração. Procedeu à verificação e análise da informação contabilística, com a consulta dos seus documentos de suporte e dos correspondentes registos. Verificou, em particular, as operações contabilísticas referentes ao apuramento dos resultados do Exercício.

**3** É sua convicção que os procedimentos técnicos seguidos, que conduziram à elaboração das demonstrações financeiras apresentadas, e tendo em conta, em particular, as explicitações que se incluem no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, complementadas com o exposto no Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, reflectem os valores evidenciados nos documentos que lhes servem de suporte, e, no seu conjunto, expressam, em termos financeiros e económicos, uma correcta avaliação do património e dos resultados de acordo com as orientações constantes do SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

**4** Em documento separado o vogal Revisor Oficial de Contas procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, Parecer que merece a concordância do Conselho Fiscal e deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.

**5** No Relatório de Gestão que elaborou, o Conselho de Administração caracteriza a forma como se processou a actividade no Exercício de 2010, num contexto de crise da economia mundial, dos seus reflexos no comércio internacional e na manutenção dos baixos níveis do valor das taxas de frete dos petroleiros e graneleiros com o seu conseqüente impacto no mercado da Reparação Naval.

**6** No quadro menos desfavorável referido no ponto anterior, a actividade da LISNAVE, em termos globais registou um bom nível de desempenho, expresso por:

- ▶ nível de trabalho médio obtido para um menor número de navios reparados (114 em 2010, 116 em 2009), sensivelmente da mesma ordem do registado no ano anterior;
- ▶ estabilização do comportamento registado na relação consultas/encomendas/taxa de sucesso com valores aproximados aos registados no ano anterior (20/19%);
- ▶ Resultado Líquido positivo de 11.970 milhares de Euros;

► manutenção da posição de destaque da LISNAVE no mercado da Reparação Naval a nível mundial e da sua vocação essencialmente exportadora, traduzida em vendas para o mercado externo de 92,6 milhões de Euros.

**7.** Relativamente aos valores expressos nas demonstrações financeiras do Exercício devem salientar-se os seguintes indicadores:

- o volume global das Vendas e Serviços prestados, de 102,5 milhões de Euros, em cerca de 13,7% inferior ao correspondente valor de 2009;
- o peso dos Gastos com o pessoal da ordem de 14,8 milhões de Euros, que passaram a representar 16,7% do total dos Gastos de exploração;
- o valor alcançado pelos Resultados Operacionais, da ordem de 16,8 milhões de Euros, representando 15,9% do total dos Rendimentos de Exploração;
- o bom desempenho da função financeira global, positivo em 675 milhares de Euros;
- os investimentos efectuados no Activo Imobilizado e em Grandes Reparações de infra-estruturas e equipamentos, da ordem de 4,3 milhões de Euros;
- o “Cash-flow” gerado no Exercício de 12,9 milhões de Euros;
- a manutenção de favoráveis indicadores de gestão, económicos e financeiros.

**8.** Face ao exposto, e como consequência das análises e acções de fiscalização desenvolvidas no decorrer do Exercício, o Conselho Fiscal, agradecendo a colaboração prestada pelos Trabalhadores da Empresa com quem teve necessidade de contactar e ao Conselho de Administração, a sua colaboração e disponibilidade, assim como as referências constantes do seu Relatório, e tendo presente as dúvidas que se colocam para o ano de 2011, quanto à procura de Reparação/Manutenção Naval, vem, em conclusão, emitir o seguinte

## **PARECER**

**A)** que o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício sejam aprovados;

**B)** que seja aprovada a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício, de €11.970.158,02, apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2011

## **O Conselho Fiscal**

### **Presidente**

Francisco José da Silva

### **Vogal**

Maria Isabel Louro Caria Alcobia

### **Vogal**

Joaquim Patrício da Silva (ROC N.º 320)

em representação de PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, N.º 21

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Exercício de 2010

#### Introdução

**1** Examinámos as demonstrações financeiras anexas da «LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS, S.A.», as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 72.439,6 milhares de Euros e um total de Capital Próprio de 35.516,4 milhares de Euros, incluindo um Resultado Líquido de 11.970,1 milhares de Euros), a Demonstração dos Resultados do Exercício e o correspondente Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e Anexo e Demonstração dos Resultados por Funções do Exercício findo naquela data.

#### Responsabilidades

**2** É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

**3** A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### Âmbito

**4** O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- ▶ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- ▶ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- ▶ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- ▶ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

**5** O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

**6** Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## **Opinião**

**7** Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da «LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS, S.A.» em 31 de Dezembro de 2010 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no Exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

## **Relato sobre outros requisitos legais**

**8** É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as Demonstrações Financeiras do Exercício.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2011

Joaquim Patrício da Silva (ROC N.º 320)  
em representação de PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, N.º 21

## **EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS DE 24 DE MARÇO DE 2011 RELATIVA À APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RESPEITANTE AO EXERCÍCIO DE 2010**

Aos vinte e quatro dias do mês de Março de dois mil e onze, pelas onze horas, reuniu na Sede da Sociedade, a Assembleia Geral Anual da LISNAVE - Estaleiros Navais, S.A..

Assumiu a direcção dos trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o Sr. Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins, coadjuvado pelo Vice-Presidente Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro e pelo Secretário da Mesa Dr. Manuel Joaquim Rodrigues.

O Presidente da Mesa confirmou, ainda, através do respectivo mapa de presenças, que se encontravam presentes e devidamente representados os seguintes Accionistas, titulares de acções, com direito a voto:

- ▶ NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S. A., representada pelo Sr. Eng<sup>o</sup>. Manuel Serpa Leitão, titular de setecentas e vinte e oito mil e duzentas e setenta e quatro Acções (representativas de setenta e dois vírgula oitenta e dois por cento dos votos);
- ▶ THYSSEN KRUPP MARINE SYSTEMS AG, representada pelos Sr. Dr. Dr. Herbert Aly, titular de duzentas mil acções (representativas de vinte por cento de votos);
- ▶ Estado Português, representado pela Sr. Dr. Cláudio José Viveiros Sarmiento da Silva, titular de vinte e nove mil, seiscentas e sessenta e seis acções (representativas de dois vírgula noventa e seis por cento dos votos);
- ▶ Sr. Manuel Sousa Pereira, titular de mil e cem acções (representativas de zero vírgula onze por cento dos votos);
- ▶ Sr. João Alexandre Dinis de Sousa, titular de dez mil acções (representativas de um por cento dos votos);
- ▶ Sr. José Nunes Antunes, titular de mil e quarenta e oito acções (representativas de zero vírgula dez por cento dos votos), representado pela sua filha, Eng<sup>a</sup>. Teresa Maria Teixeira Rodrigues de Nunes Antunes.

Estavam, igualmente, presentes todos os membros do Conselho de Administração, bem como do Conselho Fiscal da Sociedade.

### **Ponto Um Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2010**

O Presidente da Mesa, ..., submeteu à votação da Assembleia o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2010, documentos que foram aprovados por unanimidade.

### **Ponto Dois Deliberar sobre o Relatório do Conselho Fiscal**

..., o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia o Relatório do Conselho Fiscal, que foi aprovado por unanimidade.

### **Ponto Três Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados**

..., o Sr. Presidente informou que tinha dado entrada na Mesa uma Proposta de Aplicação dos Resultados, subscrita pelo Conselho de Administração, que passou a ler em voz alta, cujo teor era o seguinte:

### “Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo-se verificado uma “performance” no Exercício de 2010, que conduziu a um resultado que justifica conceder uma Gratificação aos Trabalhadores, o Conselho de Administração decidiu atribuir uma Gratificação de Balanço.

Desta forma, propõe aos Senhores Accionistas:

- ▶ Que seja ratificada a decisão do Conselho de Administração, de atribuir uma Gratificação de Balanço à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, no montante de €1.250.000,00 (Um milhão, duzentos e cinquenta mil Euros), já incluída no Resultado Líquido do Exercício e que,
- ▶ Ao resultado líquido do Exercício, no montante de €11.970.158,02 (Onze milhões, novecentos e setenta mil, cento e cinquenta e oito Euros e dois cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Dividendos	10.500.000,00 Euros;
Resultados Transitados	1.470.158,02 Euros.

Mitrena, 24 de Março de 2011  
O Conselho de Administração”

..., o Presidente pôs a mesma a votação, a qual foi igualmente aprovada por unanimidade.

### **Ponto Quatro Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade**

..., o Presidente da Mesa informou que tinha dado entrada na Mesa uma Proposta, subscrita pelo Accionista NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., que passou a ler em voz alta, cujo teor era o seguinte:

#### “Proposta

A NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., considerando a forma competente e eficiente como os titulares dos Órgãos Sociais da Empresa têm vindo a desempenhar os respectivos mandatos, designadamente durante o exercício de 2010, propõe que seja aprovado, por esta Assembleia Geral, um voto de louvor aos Conselho de Administração e Conselho Fiscal da LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS S.A..

Caparica, 24 de Março de 2011  
O Representante do Accionista NAVIVESSEL”

Apresentada a votação, esta proposta, foi aprovada, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa, deu por encerrada a presente sessão, da qual vai ser lavrada a correspondente acta, que vai ser assinada pelo Presidente, Vice Presidente e pelo Secretário da Mesa.

Carlos Pinheiro  
(Secretário da Sociedade)

## DELEGAÇÕES E REPRESENTAÇÕES

### Alemanha

#### **Zoeffel & Shneider GMBH**

Hamburgo

Tel.: + 49 40 879785-0

Fax: + 49 40 879785-20

### Arábia Saudita

#### **The Reda Establishment**

Alkhobar

Tel.: + 966 3 889 04 46

Fax: + 966 3 889 04 47

### Brasil

#### **Quilha Engenharia Naval e Representações**

Rio de Janeiro

Tel.: + 55 21 253 9 3023

Fax: + 55 21 228 6 6874

### Canadá

#### **Wisepool Enterprises Ltd**

(Transma Agents)

Vancouver

Tel.: + 1 604 272 18 73

Fax: + 1 604 272 18 43

### Chipre

#### **WSR – Services, Ltd.**

Limassol

Tel.: + 357 25 34 44 18

Fax: + 357 25 34 44 19

### Emiratos Arábies

#### **Caribbean Trading Co LLC**

Sharjah

Tel.: + 97 16 533 6334

Fax: + 97 16 533 6553

### Espanha

#### **Medco Shipbrokers, S.L.**

Madrid

Tel.: + 34 91 431 52 35

Fax: + 34 91 575 05 00

### França

#### **MCC Marine Ltd.**

Dorset

Tel.: + 44 1202 709090

Fax: + 44 1202 701010

### Grécia

#### **N. Bogdanos Marine B. Ltd.**

Atenas

Tel.: + 30 210 924 69 56

Fax: + 30 210 924 69 55

### Holanda/Belgica/

#### **Luxemburgo**

#### **Esmar Marine Agencies BV**

Amsterdão

Tel.: + 31 20 31 21 350

Fax: + 31 20 696 69 00

### Hong-Kong/

#### **Rep. China/Taiwan**

#### **Transma Limited**

Wanchai

Tel.: + 852 28 611 623

Fax: + 852 28 613 901

### Índia

#### **Nautilus International**

Mumbai

Tel.: + 91 22 2284 0878

Fax: + 91 22 2202 0452

### Itália/Mónaco/Suíça

#### **Cambiaso & Risso SRL**

Génova

Tel.: + 39 010 571 41

Fax: + 39 010 530 154

### Japão

#### **AALL and Company Ltd.**

Tóquio

Tel.: + 81 3 5283- 7743

Fax: + 81 3 5283- 7784

Ehime

Tel.: + 81 898 32 3811

Fax: + 81 898 32 3820

### Noruega

#### **Ulrik Qvale & Parteners**

Oslo

Tel.: + 47 22 51 16 16

Fax: + 47 22 51 16 08

### Países Bálticos/Rússia/

#### **Ucrânia/Georgia/**

#### **Lituânia/Azerbaijão**

#### **ZAO Ibérica**

Moscovo

Tel.: + 7 916 555 21 20

Fax: + 7 499 500 80 33

### Reino Unido/Irlanda

#### **Calvey marine Limited**

West Sussex

Tel.: + 44 1 903 748860

Fax: + 44 1 903 743390

### Singapura/Malásia/

#### **Tâilândia**

#### **C.C. Ship Repair & Services Pte Ltd.**

Singapura

Tel.: + 65 633 866 67

Fax: + 65 633 810 11

### Suécia

#### **A.B. August Leffler**

Gotemburgo

Tel.: + 46 31 61 61 66

Fax: + 46 31 61 60 17

### Turquia

#### **Intay - Tek Teknik**

#### **Hizmetler Ltd. Skt.**

Istambul

Tel.: + 90 212 297 73 86

Fax: + 90 212 297 73 87

### U.S.A. / Canadá

#### **East Coast Marine Alliance LLC**

Norwalk

Tel.: + 1 203 866 411 0

Fax: + 1 203 866 416 1

### Venezuela

#### **Kort Consulting XXI, C.A.**

Caracas

Tel.: + 58 212 239 84 08

Fax: + 58 212 239 33 20

